



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 6 de maio de 2022, de 09:00hs às 12h.

Local: virtual

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

- **Pauta:**
 - 1.1 Registro dos membros e quórum**
- **Horário do início do ponto de pauta:** 9:30hs.
- **Condução:** Presidente – Ministra.
- **Quórum para abertura:** 14
- **19 presentes – 9 da Sociedade Civil e 10 de governo**

Representantes da sociedade civil	Representantes de Governo
1. Conselho Federal de Serviço Social – CFSS	1. MMFDH
2. Agenda Nacional pelo Desencarceramento	2. SNPG/MMFDH
3. GAJOP	3. SNPPIR/MMFDH
4. ITTC	4. SENASP/MJ
5. ANADEP	5. SEGOV/PR
6. Ass. ^a Popular Maria Felipa	6. DEPEN/ JSP
7. Assoc. de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade	7. M Cidadania
8. Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio.	8. MEC
9. UFRN	9. MD
	10. MRE
Soma SC: 9	Soma RG: 10
Total: 19	

1.2 Abertura e Cerimônia de Posse

Feitas as apresentações dos representantes presentes, foi feita a leitura dos membros de sociedade civil e governo. Após leitura, a Ministra De Estado declarou empossados os seguintes representantes do CNPCT para o Biênio 2022-2024, designados pelas Portarias nº 88, de 10 de janeiro de 2022; 500, de 17 de fevereiro de 2022; 522, de 23 de fevereiro de 2022; e 799, de 5 de abril de 2022.

GOVERNO:

I – Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos:

a) representante suplente da Ministra de Estado da Mulher da Família e dos Direitos Humanos:

1. Sávio Luciano de Andrade Filho.

b) representantes da Secretaria Nacional de Proteção Global:

1. Eduardo Miranda Freire de Melo, titular; e
2. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos, suplente.

c) representantes da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial:

1. Esequiel Roque do Espírito Santo, titular; e
2. Rodrigo José Henriques de Faria, suplente.

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) representantes do Departamento Penitenciário Nacional:

1. Cristiano Tavares Torquato, titular; e
2. Sandro Abel Sousa Barradas, suplente.

b) representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública

1. Joélia Santos do Nascimento, titular; e
2. Márcio Brito Rosa, suplente.

III - Ministério das Relações Exteriores:

1. Taciano Scheidt Zimmermann, titular; e
2. Matheus Moreira e Silva Aracoeli, suplente.

IV - Ministério da Defesa:

1. Jorge Luiz Mendes de Assis, titular; e
2. Vital Lima Santos, suplente.

V - Ministério da Educação:

1. Sérgio de Oliveira, titular; e
2. Fabrício Storani de Oliveira, suplente.

VI - Ministério da Cidadania:

1. Quirino Cordeiro Júnior, titular; e
2. Cláudia Gonçalves Leite, suplente.

VII - Ministério da Saúde:

1. Rafael Ribeiro Berbardon, titular; e
2. Raquel Lima de Oliveira e Silva, suplente.

VIII - Secretaria de Governo da Presidência da República:

1. Igor Felipe de Oliveira Araújo, titular;
2. Daniela Satie Maekawa, suplente.

SOCIEDADE CIVIL

I - Representantes da Sociedade Civil pelo Conselhos de Classes Profissionais

a) Conselho Federal de Serviço Social:

1. Mauricléia Soares dos Santos, titular; e
2. Dácia Cristina Teles Costa, suplente.

II - Representantes da Sociedade Civil pelos Movimento sociais, fóruns, entidades da sociedade civil com atuação relacionada à prevenção e ao combate a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes:

a) Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP:

1. Fernanda Fernandes, titular; e
2. Mateus Moro, suplente.

b) Agenda Nacional pelo Desencarceramento:

1. Priscila Flores Serra, titular; e
2. Elaine Bispo da Paixão, suplente.

c) Associação de Amigos e Familiares de PPL:

1. Maria Teresa dos Santos, titular; e
2. Miriam Estafânia dos Santos, suplente.

d) Assessoria Popular Maria Felipa:

1. Isabela de Andrade Pena Miranda Corby, titular; e
2. Fernanda Vieira de Oliveira, suplente;

e) Instituto Terra, Trabalho e Cidadania:

1. Sofia Fromer Manzalli, titular; e
2. Estela Machado das Chagas, suplente.

f) Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOP:

1. Maria Clara D'avila Almeida, titular; e
2. Romero José da Silva, suplente.

g) Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio:

1. Márcia Lysllane da Silva Santos, titular; e
2. Augusto Luiz de Aragão Pessin, suplente.

h) SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade:

1. Caio César Klein, titular; e
2. Guilherme Gomes Ferreira, suplente.

III - pelas entidades representativas de trabalhadores, estudantes, empresários ou instituições de ensino e pesquisa:

a) representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Sub judice - Ação Civil Pública nº 5017668-89.2021.4.02.5101, em trâmite na 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ):

1. Cândida de Souza, titular; e
2. Alex Reinecke de Alverga, suplente.

Dada a posse dos membros do Comitê, partiu-se para a pauta administrativa.

2. Pauta Administrativa

2.1. Informes da Secretaria Executiva

Apresentação da Coordenação de Apoio CNPCT: foi feita a apresentação da Coordenação Geral de Combate à Tortura e Graves Violações de Direitos Humanos (CGCT), exercida pelo Sr. João Lança, que compreende em sua estrutura a Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CACNPCT), exercida pela Sra. Natalia Montechi. A CGCT compõe a estrutura do Departamento de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos (DEPDDH) da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG), do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

2.2. Votação para a escolha do (a) Vice-Presidente

Foi indicado pela sociedade civil o nome da representante titular do Instituto Terra Trabalho e Cidadania: Sofia Fromer.

2.3. Votação para a escolha da Mesa Diretora

Para composição da Mesa Diretora, os membros de sociedade civil indicam a ANADEP e a Associação Popular Maria Felipa, e para representação dos membros de governo, estes indicaram a Secretaria Nacional de Proteção Global -SNPG- e a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial -SNPIR.

Foi solicitado fazer a inclusão da Vice-presidência e da mesa diretora no site do CNPCT (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/comite-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura1>).

3. Avaliação e aprovação do Calendário Anual de Reuniões Ordinárias do CNPCT

Após apresentação do Calendário de previsão das reuniões ordinárias do CNPCT, representantes da sociedade civil levantaram a discussão quanto ao retorno de participações presenciais dos representantes de sociedade civil.

Após discussão, o plenário decidiu por maioria absoluta em se fazer a próxima reunião on-line e, para as subsequentes, será apresentada resolução para regulamentar a reunião no formato híbrido.

Aprovado o seguinte calendário:

Datas	Reuniões Plenárias Ordinárias (RPOs) - 2022	Justificativa
06/05	35ª Reunião Plenária Ordinária	Previsão Legal -Bimestral
21/07 22/07	36ª Reunião Plenária Ordinária	Previsão Legal -Bimestral
22/09 23/09	37ª Reunião Plenária Ordinária	Previsão Legal -Bimestral
24/11 25/11	38ª Reunião Plenária Ordinária	Previsão Legal -Bimestral

Datas	Reuniões da Mesa Diretora (RMDs) - 2022	Justificativa
29/06	1ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2022	Pauta da 36ª RPO
31/08	2ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2022	Pauta da 37ª RPO
28/10	3ª Reunião da Mesa Diretora - Gestão 2022	Pauta da 38ª RPO

4. Pauta temática: Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

4.1 Apresentação dos peritos e do planejamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Bárbara, Ronilda e Ribamar se apresentaram, bem como apresentaram o planejamento do MNPCT.

Encaminhamentos: Sem encaminhamentos para deliberação.

5. Encerramento da reunião

A Vice-presidente, no exercício da presidência, ao final da reunião, solicitou que se fizesse constar a data da posse dos demais membros no Edital Suplementar (Edital nº 6, de 28 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, páginas 178 a 181,

Edição n. 35, sexta-feira, 29 de abril de 2022), o qual complementa o 4º Processo de Chamamento Público para composição dos integrantes do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT no mandato 2021-2023.

Reunião foi encerrada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

**35^a Reunião Ordinária do Comitê
Nacional de Prevenção e Combate à
Tortura/CNPCT**

Dia: 06/05/2022

Brasília/DF

35ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT

1 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Tendo em vista aos representantes
2 aqui que se fizeram presentes e os demais que foram empossados nas Portarias
3 lidas pelo Dr. Sávio, ficam empossadas aqui, deixa eu voltar lá para o nome de
4 cada um, ficam empossados os representantes da Associação Nacional das
5 Defensoras e Defensores Públicos: Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes e
6 Matheus Oliveira Mouro; pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
7 titular: Cândido de Sousa e Suplente Alex de Alverga; pela Associação de Amigos
8 e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, Titular Maria Tereza dos
9 Santos, Suplente Miriam Stephanie dos Santos; pela Assessoria Popular Maria
10 Felipa, Fernanda Vieira de Oliveira, como titular, e Suplente Isabela de Andrade
11 Pena Miranda Corby; pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações
12 Populares, GAJOP, Maria Clara D'Ávila Almeida, como titular, e Suplente Romero
13 José da Silva; pela Agenda Nacional pelo Desencarceramento, titular Priscila
14 Flores Serra, Suplente Elaine Bispo da Paixão; Conselho Federal do Serviço
15 Social, Mauricleia Soares dos Santos e Dácia Cristina Teles Costa; pela Entidade
16 Comunicação Saúde e Sexualidade, Caio César Klein, Guilherme Gomes Ferreira;
17 pela Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, Márcia Lysllane da Silva
18 Santos e Augusto Luiz de Aragão Pessin; Instituto Terra Trabalho e Cidadania,
19 Sofia Fromer Manzalli e Stella Machado das Chagas; pela representação do Poder
20 Público de Governo: pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
21 Humanos, fica empossado como suplente o Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho;
22 pela Secretaria Nacional de Proteção Global, fica empossado como titular o
23 Secretário Eduardo Miranda Freire de Melo e suplente Karoline Aires Ferreira
24 Vasconcelos; pela Secretaria Nacional de Políticas da Promoção da Igualdade
25 Racial, o titular Secretário Ezequiel do Espírito Santo e o suplente Rodrigo José
26 Henriques de Faria; pelo Ministério das Relações Exteriores, Diplomata Taciano

27 Scheidt Zimmermann e Matheus Moreira e Silva Aracoeli como seu suplente; pela
28 representação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, pela SENASP, que é
29 a Secretaria Nacional de Segurança Pública, titular Joélia Santos do Nascimento e
30 suplente Márcio Brito Rosa; pelo Ministério da Educação, Sérgio de Oliveira e
31 Fabrício Storani de Oliveira como seu suplente; pelo Ministério da Defesa, titular,
32 Jorge Mendes e suplente Vital Lima Santos; pelo Ministério da Saúde, fica
33 empossado o titular Rafael Ribeiro Bernardon e o seu suplente Raquel Lima de
34 Oliveira e Silva; pela Secretaria de Governo da Presidência da República, o titular,
35 Secretário Igor Felipe de Oliveira Araújo e sua suplente Daniela Satie Maekawa;
36 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, representação do DEPEN, fica
37 empossado Cristiano Tavares Torquato, como titular, e o Diretor Sandro Abel
38 Souza Barradas, como suplente; e pelo Ministério da Cidadania, titular Secretário
39 Quirino Cordeiro Júnior e como seu suplente Cláudia Gonçalves Leite. Passo a
40 palavra, então, à Ministra para declarar a posse.

41 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
42 **Públicos)** – Pois não, João.

43 **Sra. Cristiane Britto (Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos**
44 **Direitos Humanos)** – Seguindo a pauta, passemos à votação para a escolha da
45 Vice-Presidência.

46 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Pergunto à sociedade civil, aos colegas
47 da sociedade civil aqui presentes, se já há uma indicação de consenso a priori
48 para a Vice-Presidência? Identifico aqui um pedido de fala do representante da
49 ANADEP, Mateus Moro.

50 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
51 **Públicos)** – Pois não, João, agradeço. Houve sim um consenso da sociedade
52 civil, a gente está indicando, de forma consensual, o ITPC para a Vice-Presidência
53 e a Maria Felipa e a ANADEP para a Mesa Diretora.

54 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Mateus. Há alguma outra
55 consideração da sociedade civil ou do Governo?

56 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Bom, considerando já a
57 apresentação do colega Mateus da ANADEP, em consenso com a sociedade civil
58 dos colegas não colocaram nenhuma outra questão. Como de costume, sempre
59 quando vem o nome ou indicação do nome, essa aprovação ela ocorre em
60 consenso. Então, a ideia é mantermos o nosso protocolo, assim, de consenso
61 dessa indicação, que a sociedade civil apresenta. E pelo Governo, nós temos dois
62 nomes, não é Ministra, para compor a Mesa Diretora, SNPG e a SNPIR, que são
63 os antigos representantes na nossa Mesa Diretora.

64 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Sávio. Peço, então, a
65 Natália, que está no nosso registro do sumário executivo, que faça aí, então, a
66 indicação de votação unânime, todos presentes, para a Vice-Presidência como
67 sendo exercida pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, a titular Sofia Fromer.
68 Nós temos o nosso regimento a previsão de que o titular seja um representante, a
69 Vice-Presidência é de um representante. Então, indicaremos a Sofia Fromer
70 Manzalli como Vice-Presidente, ok? Confirma, é isso, não é? A ideia. Ok e
71 também peço, então, à Coordenação.

72 **Interlocutor não identificado** – Só uma questão de ordem, nós precisamos
73 registrar no site essa votação, não é? Eu sei que teve um consenso, mas vou
74 pedir para os colegas registrarem para efeito de Ata, está bem? Registro no chat
75 aí da concordância da Mesa Diretora e Vice-Presidência.

76 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu não entendi, você quer que faça um
77 ato formal de registro de votação unânime ou é o registro mesmo que nós vamos
78 fazer lá de que ficou deliberado e tal?

79 **Interlocutor não identificado** – Isso, que cada entidade apresente no chat a
80 concordância com a Vice-Presidência e com a Mesa Diretora, conforme indicado.

81 Então, nós tivemos esse tempo inicial para a indicação, que agora peço o registro
82 formal no site para que conste na Ata de forma adequada.

83 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, peço à Coordenação de
84 apoio, coloque na Vice-Presidência Sofia Fromer, do ITPC, a Mesa Diretora pela
85 sociedade civil a Assessoria Popular Maria Felipa e a outra atualização? Confirma
86 próprio, Mateus?

87 **Interlocutora não identificada** – ANADEP.

88 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
89 **Públicos)** – Isso, a própria ANADEP.

90 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A própria ANADEP, então, na Mesa
91 Diretora pela sociedade civil, Assessoria Popular Maria Felipa e ANADEP. Na
92 Mesa Diretora pelo Governo, SNPG e SNPIR. Então, pedimos aí que todos os
93 presentes registrem o voto aí de acordo no chat para constar em Ata. De acordo?
94 SNPG, MRE de acordo.

95 **Interlocutora não identificada** – Oh, João, mas aqui no chat só está o da
96 sociedade civil, não é? Não está escrito aqui o que seria a do Governo. As
97 pessoas estão colocando de acordo, mas só está escrito da sociedade civil.

98 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Hum, hum.

99 **Interlocutor não identificado** – João, colocar o nome da instituição e o de
100 acordo.

101 **Interlocutora não identificada** – E aí o nome dos representantes desses do
102 Governo também têm para colocar?

103 **Interlocutor não identificado** – A representação seria da entidade, não é?

104 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Na Mesa Diretora é entidade.

105 **Interlocutora não identificada** – Está bem.

106 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está bem? Estou colocando aqui para
107 ficar registrado.

108 **Interlocutora não identificada** – Coloquei, João.

109 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Joia. Todos colocaram o de acordo?
110 Parece que algumas entidades não colocaram. ANADEP colocou, UFRN? De
111 acordo UFRN?

112 **Interlocutora não identificada** – João. A associação de Amigos está de acordo,
113 mas eu não estou conseguindo achar aqui nesse telefone novo que eu estou
114 usando o chat da reunião.

115 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok.

116 **Interlocutora não identificada** – Estou apanhando, mas estou de acordo.

117 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Vamos fazer o registro oral mesmo, que
118 vai constar em Ata do mesmo jeito. UFRN de acordo?

119 **Interlocutor não identificado** – De acordo.

120 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Assessoria Popular Maria Felipa.

121 **Interlocutora não identificada** – Eu coloquei no chat.

122 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado. GAJOP. Colocou no chat.

123 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

124 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Agenda Nacional pelo
125 Desencarceramento.

126 **Interlocutora não identificada** – De acordo.

- 127 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Conselho Federal de Serviço Social.
- 128 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 129 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Somos, não se encontra presente.
130 Rede de Proteção de Resistência contra o Genocídio.
- 131 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 132 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania.
- 133 **Interlocutora não identificada** – De acordo.
- 134 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. (intervenção fora do microfone) Eu
135 silenciei o áudio de todos os colegas, porque tinha uma interferência. Quem quiser
136 a palavra, pode abrir, por gentileza. Nós temos aqui pelo Governo também no
137 chat, eu verifiquei ficou registrado o de acordo do MMFDH. Secretaria Nacional de
138 Proteção Global, de acordo? SNPIR?
- 139 **Interlocutor não identificado** – De acordo, João.
- 140 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – MRE?
- 141 **Interlocutor não identificado** – De acordo.
- 142 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – MRE de acordo. SENASP, MJ,
143 SENASP. MEC eu vi que deu o de acordo. MJ.
- 144 **Interlocutora não identificada** – SENASP de acordo.
- 145 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – MJ, DEPEN de acordo, SENASP de
146 acordo. Ministério da Defesa?
- 147 **Interlocutor não identificado** – De acordo, João, está registrado lá.
- 148 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – SGOV?

149 **Interlocutor não identificado** – De acordo, está registrado também.

150 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, obrigado. Ministério da Cidadania.

151 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – De
152 acordo, já está no chat.

153 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ministério da Saúde não se faz
154 presente. Eu li todos os de acordo. Ok? Algum faltando? Não. Então, damos aí o
155 de acordo para ficar eleita como Vice-Presidente a representante Sofia Fromer, do
156 Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e na Mesa Diretora pela sociedade civil
157 ANADEP e Assessoria Popular Maria Felipa e pelo Governo SNPG, Secretaria
158 Nacional de Proteção Global, e SNPIR. Então, damos, vencemos essa parte.

159 **Sra. Cristiane Britto (Ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos**
160 **Direitos Humanos)** – Ok. Dando segmento aos trabalhos, submeto agora ao
161 Colegiado a aprovação do calendário Anual de reuniões do CNPCT.

162 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Olha, pergunto aos colegas se tiveram
163 lá o tempo de visualizar o calendário proposto?

164 **Interlocutor não identificado** – João, eu nem sabia que tinha sido enviado. Foi
165 enviado pelo e-mail, foi isso?

166 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, no convite que enviamos para todos
167 os Conselheiros, foi lá aquele link da nossa pasta tradicional de cada reunião lá do
168 driver e nesse link você acessa a pasta, que é onde a gente coloca os
169 documentos relativos à pauta e lá tem o calendário. Eu vou projetar aqui,
170 rapidamente, para que todos possam visualizar e a gente deliberar aqui a
171 aprovação desse calendário. Ok? Só um minutinho, já vou projetar. Todos estão
172 vendo aí o PDF?

173 **Interlocutor não identificado** – Sim, está aparecendo aqui.

174 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Perfeito. Então aqui cumprindo ao
175 regimento, que prever as reuniões bimestralmente, então, maio, julho, 21 e 22, 22
176 e depois em setembro, e depois no final de novembro a última reunião do ano, que
177 nós estamos aprovando o calendário anual. Esta data aqui contextualizando aos
178 colegas, dia 21 e 22 de julho foi uma data projetada para que fique finalizado o
179 edital das vagas remanescentes que foi publicado dia 29, está em aberto, e nós
180 possamos aí ter a composição completa. E aqui a previsão da reunião das mesas
181 diretoras, a gente faz preferencialmente aí 30 dias de antecedência, devido aos
182 trâmites de enviar a pauta, os convites, a reunião das mesas diretoras com
183 antecedência a cada reunião Plenária para definição dos assuntos de pauta. Esse
184 é o calendário, pergunto aos colegas se tem dúvidas? Se não, vou passar à
185 votação de aprovação. Já verifico aqui...

186 **Interlocutora não identificada** – As reuniões, uma dúvida, João.

187 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Por gentileza. Pegou a palavra e depois
188 vou passar para quem está se manifestando aqui no chat.

189 **Interlocutora não identificada** – Eu posso falar?

190 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, por gentileza.

191 **Interlocutora não identificada** – É isso, eu olhei aqui, as reuniões serão
192 semipresenciais e on-line, é isso?

193 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Olha, hoje o regulamento da Resolução
194 que está vigorando é previsão on-line. Ok?

195 **Interlocutora não identificada** – A gente preferia que fosse presencial, mas aí
196 tem outros colegas para falar.

197 **Interlocutora não identificada** – É, no calendário que eu entendi que as
198 Reuniões Ordinárias são presenciais, é isso? A proposta de calendário está dando
199 a entender dessa forma.

200 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, na proposta de calendário a gente
201 não constou aqui se é presencial ou on-line. Hoje nós estamos fazendo as
202 reuniões sob a égide das duas Resoluções, primeiro uma Resolução de 2020, e
203 depois uma Resolução de 2021, que trouxe alterações aí, ajustou como é que
204 seriam feitas as reuniões e a previsão é das reuniões serem feitas por meio on-
205 line.

206 **Interlocutor não identificado** – João Lança, eu vou pedir para abrir a palavra
207 para os demais colegas que pediram, estou vendo algumas solicitações aqui de
208 palavra. Podemos passar na sequência, alguém registra a inscrição aí, por favor.

209 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. Maria Clara, na sequência aqui da
210 mãozinha, está bem?

211 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
212 **Organizações Populares, GAJOP)** – Não, era sobre isso também, sobre as
213 reuniões presenciais, se já tem um orçamento para que se existe o orçamento, o
214 nosso pleito é que sejam presenciais. Gostaria que fosse indicada qual o número
215 exatamente dessa Resolução que foi falada e qual que é o Artigo que está
216 prevendo isso? Para entender se é uma obrigatoriedade é apenas uma
217 possibilidade, porque diante também da mudança no cenário da pandemia, eu
218 acredito que não tenha mais essa necessidade de manter e on-line e qualificaria e
219 muito o trabalho do Comitê, não é? Considerando ainda que nós temos também
220 muito trabalho para retomar, em função do tempo que ele ficou parado. E a minha
221 segunda pergunta é também sobre se nessa próxima reunião já estaria com a
222 composição completa, já teria finalizado a posse dos demais membros?

223 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim. Vamos disponibilizar aqui as
224 Resoluções, Maria Clara, e como eu disse, a previsão é de que o edital, a seleção
225 finalize antes da próxima reunião e com o tempo de dose então designarmos para
226 a próxima reunião as duas vagas que faltam.

227 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
228 **Organizações Populares, GAJOP)** – E quanto à questão da pandemia, o cenário
229 já mudou? Porque eu estou entendendo que essa Resolução foi feita num cenário
230 diferente da pandemia.

231 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu vou compartilhar a Resolução aqui e
232 isso é matéria para análise do Colegiado. Então, eu vou, enquanto a gente
233 providencia aqui a Resolução, eu passo a palavra ao Dr. Mateus.

234 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
235 **Públicos)** – Obrigado, João. O que eu queria falar, senhoras e senhores, na linha
236 do que foi colocado aqui, eu acho que pela Fernanda ou pela Maria Clara e pela,
237 não sei se foi a Priscila, mas acho que foi a Agenda, não é? A ANADEP também
238 sugere que as reuniões sejam presenciais, embora como o João Lança traga aqui
239 de forma correta que há uma Resolução, a razão de ser da Resolução foi a
240 pandemia, não é? Então, assim, vejo, inclusive todos aí nos seus gabinetes, nos
241 seus locais de trabalho presencialmente. Então, assim, existe um cenário, não só
242 aqui em São Paulo, mas do Brasil inteiro de diversidade da vacinação entre os
243 Estados, mas existe um cenário de alta da vacinação. Então, assim, não vejo
244 razão de ser as normas existem por uma razão de ser, então, existiu uma
245 Resolução e a razão de ser seria o período pandêmico. Com a pandemia mais
246 estabilizada, a gente ver aí as pessoas fazendo shows, fazendo campanhas,
247 enfim, a gente ver, enfim, o próprio Presidente da República, enfim, circulando de
248 forma normal, sem o contexto da pandemia anterior, passamos já a pandemia e
249 estourou dia 13 de março, então temos dois anos e dois meses. Então, por tudo
250 que foi falado pelas colegas que me antecederam, a ANADEP também sugere,
251 desde já que as reuniões seja presenciais. Inclusive, quando eu li o que o João
252 compartilhou na tela, quando eu vi ali local Brasília DF, eu também entendi, acho
253 que como a Ana entendeu, que a reunião seria em Brasília. Então, deixo a
254 sugestão aqui, se houver consenso melhor, mas deixo a sugestão desde já para
255 que as reuniões sejam presenciais, elas são mais efetivas, enfim, até existem

256 pesquisas científicas que mostram que é mais fácil você torturar alguém sem ver,
257 pela tela, do que torturar se não ver. Então, assim, a gente debateu nos últimos
258 dois anos, inclusive no próprio Comitê a própria questão da agenda de custódia,
259 importância da custódia ser presencial. E eu acho que nessa linha eu acho que
260 prevenção à cultura deve ser presencial, e não virtual. Dito isso, pessoal, eu
261 queria trazer uma outra sugestão também para reflexão, se puder haver consenso,
262 que seria o seguinte, vai fazer mais ou menos, salvo engano, nove ou 10 meses
263 que foi homologada a eleição, que conduziu aqui a ANADEP e os demais colegas
264 para fazer parte do Comitê, e não foi responsabilidade da sociedade civil esse gap
265 aí de quase um ano entre um mandato ter sido encerrado e o outro mandato estar
266 começando hoje. Então, como a gente conversou aqui também já em 2019, eu
267 acho que algumas pessoas aqui já estavam em 2019, o próprio Sávio, salvo
268 engano Ezequiel, enfim, alguns dos colegas aqui já estavam em 2019, a gente
269 debateu as mesmas questões que vou trazer aqui agora. Ou seja, a gente está
270 tendo três reuniões agendadas para o segundo semestre, mas considerando que
271 se a posse e todo o edital, enfim, todo o procedimento tivesse sido encerrado
272 anteriormente, sem responsabilidade alguma da sociedade civil, a gente teria tido
273 no segundo semestre do ano passado três reuniões e no primeiro semestre desse
274 ano mais duas reuniões pelo menos. Então, assim, considerando todo esse
275 histórico, a minha sugestão é que, além das três reuniões que estão no
276 calendário, que a gente tentasse pelo menos mais uma reunião, ou seja, faríamos
277 aí 4 reuniões no segundo semestre, está bem, pessoal? Então, são essas duas
278 sugestões que eu deixo de uma reunião a mais e das reuniões serem presenciais.

279 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – João,
280 apenas acrescentando aqui com o que o Dr. Mateus falou agora, salvo engano, no
281 meio de 2021 tinha havido já uma deliberação no âmbito do Comitê...

282 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Dra. Fernanda.

283 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – A sua
284 Presidência... Está me ouvindo?

285 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – É, só vou pedir, então, para a sua fala
286 ser bem sucinta, para a gente seguir a lista, sem prejuízo de você entrar na
287 sequência.

288 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Não,
289 claro, claro. É só para trazer esse ponto da reunião presencial e essa memória
290 aqui das deliberações do Comitê sobre a Presidência do Sávio na última gestão já
291 havia tido essa deliberação para que as reuniões fossem presenciais e elas só
292 não voltaram a ser presenciais, porque logo em seguida dessa deliberação teve
293 um Decreto do Distrito Federal sobre a retomada do Estado de calamidade
294 pública, em razão do acréscimo da situação de Covid. Mas esse Decreto foi
295 novamente revogado agora 18 de abril, teve, na verdade, esse Estado de
296 calamidade pública foi novamente revogado aí o Governador do Distrito Federal
297 revogou agora em abril. Então, salvo engano, essa deliberação que já teve no
298 âmbito do Comitê, agora com essa revogação, passa a valer no sentido de serem
299 presenciais. Só acrescentando isso mesmo, obrigada.

300 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Próxima aqui que está na sequência da
301 mãozinha é Elaine Bispo. Eu quero... Elaine. Eu quero sugerir aqui, já para uma
302 reflexão dos colegas, a gente desmembrar essa discussão, a aprovação das datas
303 do calendário não está necessariamente a distrito ao formato, se vai ser on-line ou
304 presencial. Então queria já sugerir aqui de a gente desmembrar, aprovar o
305 calendário, ok, as datas, as reuniões que vão ter essas e depois a gente discutir,
306 deliberar sobre o formato, se vai ser presencial ou on-line, é uma sugestão aqui
307 para reflexão dos colegas. Elaine, por gentileza. A Elaine não escuto, mas depois
308 toma a palavra aí, se inscreve, por favor, Sofia na sequência.

309 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
310 Oi, João. Além de endossar o que os demais colegas aqui refletiram sobre as
311 reuniões serem presenciais, eu gostaria de pontuar uma coisa, no edital para
312 essas vagas remanescentes, a última deliberação de data aqui é no dia 20 de
313 julho, que diz que seria a publicação da política para designação dos

314 representantes das entidades, não é? E, após ainda seria a ser definida. Nesse
315 sentido, acho que seria importante que a posse, então, fosse definida para a data
316 da próxima reunião, isso tivesse consignado para que a gente pudesse já ter todos
317 os membros completos na reunião do dia 22 de julho.

318 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sofia, essa é a ideia do calendário, não
319 é? Não foi colocado lá, porque a aprovação do calendário depende dessa reunião
320 para definir qual que é a data da próxima reunião ordinária.

321 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
322 Mas aí acho que seria importante também fazer essa ratificar aqui o edital, então,
323 uma vez que a gente definisse a data, para que fosse já delimitado que nessa data
324 próxima, enfim, já teria a posse, não é?

325 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, fica como uma solicitação, aí um
326 registro. Correto? Obrigado, Sofia. Sávio, por gentileza.

327 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Ok, obrigado. Escutei aqui a
328 ponderação dos colegas, eu vejo que há ânsia para retornarmos o presencial e até
329 o encontro eu acho que realmente facilita o nosso diálogo. Entretanto, eu gostaria
330 de colocar uma ponderação sobre a importância de verificarmos todas as normas
331 que estão vigentes, não é? Desde de Ministério da Saúde, aqui do Ministério,
332 então, existem colegas ainda com uma grande preocupação de participar
333 presencialmente, porque questões de saúde, enfim. Então, eu acho que esse
334 debate nós temos que deixar para uma próxima oportunidade, mantemos uma
335 aprovação, conforme o Coordenador Geral colocou das nossas datas, nós temos
336 uma previsão legal de reuniões bimestrais. Então, o que nós apresentamos foram
337 essas datas da organização dos colegas. Então, essa é a minha ponderação, está
338 bem?

339 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Na sequência... Sávio, então para
340 ficar claro, a proposta, sua ponderação é manter, fazer a aprovação do calendário

341 bimestral, conforme está no regimento, e manter para essa próxima o formato on-
342 line?

343 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Oi, João, me escuta?

344 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim.

345 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sim. Você colocou aquela
346 opção de aprovarmos as atas já de imediato, não é? Depois seguirmos os debates
347 sobre a viabilidade ou não de retorno de presencial. Então, essa foi a minha
348 ponderação, nós temos mais colegas inscritos também, aprovarmos já de imediato
349 as atas e continuarmos essas ponderações sobre o virtual e o presencial.

350 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Sávio, ficou mais claro aqui
351 para mim e acredito para os colegas também. Na sequência tem a inscrição, eu
352 peço que os colegas que falaram abaixem a mãozinha para a gente ver a
353 sequência do que está sendo pedido de fala. E fica, então, aí a sugestão, peço
354 aos colegas que se pronunciem quem for falar a partir de agora sobre o que a
355 gente decidir sobre as datas e depois decidir sobre o formato da reunião. Isso
356 pode encurtar aqui ou pelo menos já passar uma parte do debate para
357 avançarmos. Sílvia, por gentileza. Já está registrado, Mateus. Sílvia, por gentileza.

358 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Olá, bom
359 dia, bom dia a todos, bom dia Ministra, Sávio, João, todos os companheiros e
360 companheiras. Uma pergunta, não entendi, vai voltar a discussão sobre o
361 presencial ainda hoje ou depois é em outro momento, não é hoje.

362 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ainda hoje.

363 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Ah, então
364 está bem, que eu quero participar dessa discussão, mas se ainda hoje, então, eu
365 aguardo esse momento, obrigada.

366 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, por gentileza, então se inscreveu
367 novamente, aparece aqui na sequência o Mateus Moro.

368 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
369 **Públicos)** – Pessoal, não, não quero nem ser prolixo e nem, enfim, reiterar o que
370 eu já coloquei. Mas assim, até eu acho que a gente está numa nova composição,
371 alguns como a própria ANADEP que era o membro convidado, agora está com
372 uma vaga efetiva com direito a voto. Como eu coloquei, alguns colegas aí até citei
373 o Ezequiel, citei o Sávio, já tem alguma experiência aqui no Comitê, e eu acho que
374 a gente poderia começar, não só com uma vontade mesmo, como sempre foi dito,
375 tanto pela atual Ministra, a quem eu cumprimento, como a anterior, de trabalhar
376 em conjunto e tentar os consensos. Então, assim, eu acho que não agrada, nem a
377 ANADEP e nem a sociedade civil se a gente já começar aqui na primeira reunião
378 deste mandato, após a posse, sem os consensos e sem uma razoabilidade, não
379 é? Então, assim, respeito, obviamente, a posição do colega Sávio, defende os
380 interesses do Governo, mas assim, a gente ficou um ano sem reunião, pessoal, e
381 como a Fernanda colocou, a questão de ser presencial ou não já foi debatido nas
382 últimas três ou quatro reuniões do Comitê. Então, não é que no novo mandato a
383 gente está querendo trazer algo novo, já houve um debate, não sei se o João
384 pode trazer as atas, mas enfim, já houve um debate nas três ou quatro reuniões
385 anteriores e havia, inclusive uma promessa da própria Ministra Damares Alves e
386 eu estava presente, lembro da fala dela, no sentido do começo deste ano da gente
387 tentar já, como foram debatidos aqui pelo Comitê, de tentar as reuniões
388 presenciais. Então, assim, eu acho que a política do Governo, ela deve ser uma
389 política de Estado, então, assim, se mudam as cadeiras, eu acho que a vontade
390 do Governo deve continuar. Nesse sentido, independente da Resolução que
391 existia, essa Resolução não tem sentido, pessoal, então, assim, se trouxerem um
392 argumento diverso, tudo bem, a gente pode avaliar aqui em conjunto, agora,
393 assim...

394 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mateus me permite uma parte na sua
395 fala. Você fez uma proposta sobre o calendário, perdão só uma parte mesmo,
396 gostaria que você avaliasse isso, da gente ponderar o calendário agora, você fez
397 até uma proposta de uma quarta reunião e a gente voltar nessa questão que você
398 está trazendo também no segundo momento.

399 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Está bem.
400 Não, agradeço, João, e a gente pode até tentar fazer eventuais acordos, por
401 exemplo, vai, mantemos as três reuniões, mas fazemos presenciais e não
402 fazemos uma quarta reunião, porque assim, não dá somente para a sociedade
403 civil abrir mão e o Governo não abrir mão. Está bem? Então, assim, eu acho que
404 já tinha falado o que eu queria, mas eu acho que é isso, senão a gente vai ficar
405 igual teve algumas reuniões do mandato anterior, pessoal, super improdutivas, o
406 Governo fala, a sociedade civil fala, o Governo fala, a sociedade civil fala e a
407 gente não caminha. Então, assim, se é para termos consenso, eu acho que a
408 balança tem que estar equilibrada. Então, se o Governo prefere três reuniões, a
409 sociedade civil eventualmente, não falo pelas outras colegas aqui presentes, mas
410 posso falar pela ANADEP, a gente até poderia eventualmente aceitar três reuniões
411 e não mais, mesmo com o ano parado. Agora, não dá para aceitar tudo que o
412 Governo quer colocar, entendeu? Então, assim, se o Governo acha que a reunião,
413 como o Sávio colocou, não, alguns colegas têm receio etc. E tal, se alguns
414 colegas têm receios, se existem pessoas às vezes idosos ou comorbidade essas
415 pessoas podem ficar de forma híbrida, mas a maioria pode ficar presencialmente.

416 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Mateus. E também pelo
417 aparte, pela compreensão. Na sequência aqui a mãozinha aparece para mim.
418 [ininteligível]

419 **Interlocutor não identificado** – Pela ordem aqui, a Sra. Ministra vai fazer uma
420 ponderação sobre essas questões, está bem? E lembrando, nós temos diversos
421 Colegiados aqui no Ministério, não é? Isso não é uma situação exclusiva do

422 CNPCT, está bem? Então, só um momento... Quem que estava na sequência aí,
423 João?

424 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Na sequência, é a Fernanda Oliveira.

425 **Interlocutor não identificado** – Está bem, vamos seguir a sequência e daqui a
426 pouco comando aqui.

427 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está bem, por favor, Fernanda.

428 **Sra. Fernanda Vieira de Oliveira (Assessoria Popular Maria Felipa)** – Bom, até
429 dando gancho na fala do Sávio, que pontuou que existem diversos Colegiados e
430 não seria uma situação exclusiva do CNPCT. Mas também lembrando a fala do
431 Mateus, o CNPCT trabalha com algo muito, muito difícil, que é a prevenção,
432 combate à tortura e, principalmente, a não repetição. E fazer virtualmente não tem
433 a mesma eficiência que fazer isso presencialmente. Além disso, nenhum dos
434 motivos que sustentam a não realização de reuniões presenciais, com muita
435 honestidade não acredito que eles possam ser evocados mais, não é? Todas as
436 cidades a vida já estão praticamente ao normal, eu moro em Contagem, em Minas
437 Gerais, não é? As máscaras já foram liberadas, só precisa usar máscara hoje em
438 espaço de saúde, ou seja, hospital, posto de saúde, clínicas médicas. Então, essa
439 manutenção da reunião on-line, principalmente, as ordinárias, eu acho que é uma
440 demanda bastante equilibrada, considerando o número de reuniões, não faz
441 nenhum sentido mais. Além da gente estar voltando a discutir esse mesmo
442 assunto, não faz nenhum sentido mais. Então, eu entendo que o Governo
443 inobstante qualquer outra situação deve apoiar o pleito da sociedade civil para
444 garantia das reuniões ordinárias presenciais, porque eu entendo que isso é o mais
445 justo, é o mais equilibrado, é o mais sensato e é o mais eficiente, que deve ser um
446 princípio orientador da administração pública.

447 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Fernanda. Na sequência,
448 Maria Clara.

449 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
450 **Organizações Populares, GAJOP)** – Bom, não vou repetir os argumentos que já
451 foram colocados, reitero essa necessidade de mantermos a reunião presencial,
452 não concordo com a inversão da pauta, porque eu entendo que também a
453 escolha, a aprovação do calendário, ela depende como vai se dar esse formato,
454 como foi dito, são poucas reuniões, então, é importante que para que elas se
455 tornem eficientes, elas sejam presenciais e seria mais rápido também que a gente
456 já tivesse esse acordo e partisse para a votação do calendário do que o inverso.
457 Então, deixo aqui esse posicionamento.

458 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado. Na sequência aqui, nós
459 temos a inscrição da SNPG, a Bruna e aqui Virgínia, SNPG.

460 **Interlocutor não identificado** – Bruna, só porque ela está com o loguin, João,
461 mas está aqui a Karoline e o Eduardo.

462 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
463 **Proteção Global)** – Bom, eu queria fazer uma sugestão aí tentando ouvir, tanto o
464 Sávio, quanto também as diversas falas da sociedade civil, no sentido de que hoje
465 várias, há novos ingressos de novos atores, que não têm conhecimento de todo o
466 rito aqui do Comitê. Então, que a gente pudesse hoje se ater à pauta que está
467 proposta, validando o calendário e aí eu acho que validar o calendário dá para
468 agregar a proposta do Mateus Moro, no sentido de que avaliemos aí uma Reunião
469 Extraordinária para que possamos ter quatro ainda este ano. E que na próxima
470 reunião, a gente faça a avaliação de revisar essa Resolução que está vigente, que
471 fala do meio que é videoconferência, e a gente tome decisão das próximas. Para
472 que a gente possa manter o rito aqui de que a gente se atenha à pauta, inclusive
473 assim, em respeito aos colegas que estão chegando, assim como eu estou
474 chegando hoje, temos outros, para que a gente possa, na linha também do que
475 Sávio colocou, avaliar todas as normativas e aí dar sequência ao pleito da
476 sociedade civil e também aqui do Governo, tentando aí um alinhamento de
477 posições, mas que a gente possa fazer essa análise aí na próxima reunião.

478 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Na sequência, nós temos aqui inscrito...
479 Obrigado, Karoline, Secretário Ezequiel Roque.

480 **Sr. Ezequiel do Espírito Santo (Titular - Secretaria Nacional de Políticas da**
481 **Promoção da Igualdade Racial)** – Ok, eu acho que a minha fala é mais ou
482 menos na mesma linha da Karol, não é? A minha proposta seria essa. Mas assim,
483 até uma questão, eu ia pedir uma questão de ordem, porque não está na pauta da
484 reunião a avaliação ou a decisão sobre o formato da reunião e eu não vi ninguém
485 propondo a inclusão dessa questão do formato da reunião na pauta da reunião. O
486 que tem aqui é a avaliação e a aprovação do calendário anual. Então
487 primeiramente, eu gostaria que como já aprovamos a pauta da reunião de hoje,
488 seguíssemos a pauta, trabalhássemos com a avaliação e aprovação do calendário
489 anual, aí tal, depois se discutiria essa questão de formato de reunião. Então, nós
490 estamos assim, na verdade, fora do que a pauta da reunião, que foi aprovada,
491 está sendo apresentado ou discutido, não é? E é o seguinte, nós temos a Portaria
492 913, de 22 de abril do Ministério da Saúde, aquela Portaria que declara o
493 encerramento da emergência e saúde pública, e essa Portaria, ela passa a vigorar
494 o encerramento a partir do dia 22 agora desse mês. Então em tese, nós ainda
495 estamos sob um Estado ainda de emergência em saúde pública, que dia 22 que
496 termina. Então, assim, com base nessa Portaria, eu penso que a proposta da
497 Karol é ideal que façamos essa discussão na próxima reunião, próxima reunião do
498 Colegiado, vamos colocar na pauta o formato da reunião. A gente aprova a
499 avaliação, aprova o calendário anual e na próxima reunião a gente trabalha a
500 questão do formato da reunião e isso vai ser até bom, porque aí nós já teremos a
501 composição completa do Colegiado com todos os representantes da sociedade
502 civil participando dessa discussão. Então, essa é a minha proposta concordando
503 aí com a fala da Karol. Obrigado.

504 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Secretário Ezequiel. E na
505 sequência, nós temos aqui a Sylvia Dias.

506 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Sim,
507 obrigada. Já que a discussão foi sobre o formato, então vou fazer meus
508 comentários. Bom, em relação... Eu defendo, participando no Comitê desde de
509 basicamente 2014, dá para notar a diferença da gente ter uma reunião on-line e
510 uma presencial, não só pela dinâmica, pela possibilidade de diálogos, de
511 interação, mas também pelo fato de que nós perdemos muitas horas, pessoas que
512 estavam, faziam parte desse Comitê antes da pandemia, devem se lembrar que
513 eram dois dias completos de reunião, de 8h, às vezes 8h30, 9h às 17h, 17h30,
514 eram duas jornadas completas. E com o formato on-line, agora nós temos às
515 vezes duas manhãs, então, perdemos várias horas de reunião. Além disso, existe
516 uma solução, exatamente para as pessoas que por alguma razão não possam,
517 não se sintam confortáveis de não estar presencialmente, existe a solução do
518 formato híbrido. Então, ela poderia se conectar, inclusive o prédio do Ministério
519 antes ainda da pandemia e todos os recursos tecnológicos as salas já tinham,
520 inclusive essa possibilidade, se não me engano, de videoconferência. Então, as
521 pessoas poderiam se conectar. O calendário, inclusive ele fala sobre local, local
522 Brasília, então, acho que até discutir o formato a parte de discutir o calendário,
523 porque o calendário tem data e local, então a gente está discutindo o local que é
524 parte do calendário. Então, acho que a discussão caberia quando a gente está
525 falando de calendário, porque está escrito aqui: Local. Ele é parte do calendário. E
526 eu acho assim, eu acho muito importante até o que o Dr. Ezequiel trouxe na
527 lembrança de que precisa realmente na próxima reunião a posição vai estar
528 completa. Então, acho que seria assim, ideal que na próxima reunião com a
529 composição completa já se desse em Brasília, voltar a justamente as tratativas, as
530 dinâmicas das reuniões, como elas sempre foram antes da pandemia. Então, na
531 reunião de julho, a próxima reunião é só em julho, final de julho, então são mais de
532 dois meses, na verdade, até a próxima reunião, então, se já garantisse junto com
533 essa composição completa que também já se tornasse, então, o retorno
534 presencial, como foi falado aqui por algumas pessoas que já me antecederam, nós
535 estamos num momento onde nós temos já shows acontecendo, concertos, toda a

536 vida social, inclusive já está acontecendo, pessoas aqui já estão, por exemplo,
537 aqui fazendo a reunião, duas pessoas na mesma sala, sem máscara, em muitas
538 cidades nem precisa mais de máscara, a não ser para quem queira, obviamente.
539 Então, acho que o retorno é mais do que necessário e não seria algo para nada
540 extravagante ou para nada excepcional. Então, deixo aqui meu pleito, como
541 convidada, que se possa decidir pelo retorno presencial hoje. Obrigada.

542 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Obrigada, Sylvia. Antes da palavra aqui
543 da Sofia, eu quero, então, propor o seguinte, nós temos aqui agora 10h30, está
544 previsto essa pauta de 10h às 11h. Então, eu já quero propor aqui para reflexão
545 alguns cenários, não é? Caso não tenhamos aí um consenso, uma proposta única
546 de já pensarmos aí em como que poderíamos colocar em votação: o calendário,
547 as datas do jeito que estão, a inclusão de mais uma data, qual data seria a
548 proposta? Formato do modo como está, on-line, formato presencial, formato
549 híbrido, como foi também citado, para a gente poder também dar um
550 encaminhamento aqui para a nossa reunião. Não havendo consenso, a gente
551 coloca as possibilidades de votação e faz a votação. Mas ainda aqui pessoas se
552 inscreveram, a Sofia Fromer tinha se inscrito, estava em primeiro, depois a Maria
553 Clara entrou aqui na frente dela, mas se não me engano Sofia estava na frente
554 aqui. A Sofia, por gentileza.

555 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
556 Então, discordo da posição do Ezequiel e da Karol, no sentido de que o e-mail que
557 a gente recebeu depois recebemos a pauta, enfim, ele fala que havia, haveria a
558 votação da agenda, mas não fica claro no e-mail que a gente recebeu que a
559 agenda estaria disponível, embora se diga que os documentos estão disponíveis,
560 mas não que a relação de datas estaria disponível. E ainda assim, ainda que
561 tivesse disponível, como a Fernanda e o Mateus colocaram, ali do lado da tabela
562 diz que a reunião será em Brasília, ou seja, dá a entender que ela será presencial.
563 Então, eu não acho essa discussão inócua. E, mesmo porque, não faz sentido, já
564 que primeiro que tenha, o que o Mateus colocou, que acho que seria importante

565 debater, de uma quarta reunião, mas, caso não tenha essa quarta reunião,
566 teremos só três reuniões. E se a gente espera para a próxima reunião on-line,
567 teremos só a possibilidade de duas reuniões presenciais. Então, não faz sentido, e
568 acho que, na verdade, essa discussão é muito importante e fundamental para o
569 próprio trabalho do Comitê, então, acho que a gente tinha que discutir isso dessa
570 maneira, e se for aqui como o João propôs, a gente, enfim, tem a possibilidade de
571 fazer aqui a Resolução, a reunião que seja e outras pessoas propuseram também
572 híbrida, não é? Quer dizer, não foi exatamente o que o João propôs, mas propôs
573 uma possibilidade de votação nesse sentido.

574 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Na sequência, tem a inscrição aqui da
575 SNPG. A mãozinha está levantada.

576 **Interlocutor não identificado** – Desculpe, eu esqueci de abaixar a mão.

577 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, então, o Mateus Moro na
578 sequência, e se os colegas não tiverem outras falas, eu quero propor, então, aqui
579 os encaminhamentos aqui e, enfim, as Resoluções para votação, as propostas de
580 votação. Mateus.

581 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
582 **Públicos)** – João, antes da minha fala, só uma dúvida, assim como foi falado
583 agora pela Sofia e pela Sylvia, foi nos enviado e mostrado na tela um calendário,
584 onde consta uma data e um local, Brasília. Mas coloquei até aqui no chat às
585 10h22, faz nove minutos, não há horários, então, a Sylvia explicou bem, as
586 reuniões de 2019 para trás, elas aconteciam de forma presencial e de dois dias
587 inteiros, ou seja, era das 9h às 17h, o que dá aí umas 8h, tira o almoço, umas 7h
588 de trabalho, no dia seguinte, mais 7h de trabalho, 14h de trabalho. Então é óbvio
589 que ela é mais eficiente, como foi falado pelos colegas. Mas aí eu pergunto, a data
590 que está, João, que foi enviado e foi disponibilizada por você aqui na tela, ela seria
591 uma data das 9h às 17h? Porque está omissa.

592 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mateus, essa é uma pergunta
593 interessante, o Regimento Interno não prever prazo de duração para as reuniões.
594 O que se aplicava anteriormente a essa Resolução, era de maneira costumeira,
595 essa Resolução, que é questionável nesse ponto de vista, nesse ponto específico,
596 porque para colocar prazo de direção, eu entendo que é matéria de Regimento
597 Interno, e aí para isso teria que ter uma reunião específica para prever esse prazo
598 de duração e colocar isso no Regimento Interno, ainda assim essa Resolução veio
599 e colocou, conforme em março do ano passado, uma demanda à sociedade civil:
600 “Ok, vamos concordar por ficar on-line, mas queremos aí pautar na Resolução que
601 seja no mínimo 8h em dois turnos.” Então, esse é o nosso cenário, não é? Então,
602 o calendário, ele não veio o horário, como o Regimento Interno não propôs, esse
603 calendário é um calendário modelo do que era adotado nos outros anos. E o que
604 se faz é, a mesa, a pauta da Mesa Diretora propõe quais os assuntos, pensa ali
605 qual é o tempo, dimensiona esse tempo para esses assuntos na Mesa Diretora e
606 faz a proposta da pauta para a própria Ministra, que, então, convoca aderindo
607 aquele tempo sugerido pela Mesa Diretora ou não. Isso já numa situação
608 costumeira, porque como eu disse, o regimento não traz essa direção mínima para
609 a reunião.

610 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
611 **Públicos)** – Muito obrigado, João. Então, pessoal, a própria fala do João, ela
612 demonstra o quão vaga é a própria proposta que veio pelo e-mail, não é? E a
613 gente está aqui para debater. Então, assim, eu sei que eu já falei duas vezes,
614 então, eu vou querer ser bem objetivo aqui, pessoal, e vou tentar tocar em três
615 pontos. Primeiro, por não existir Mesa Diretora e nem o Comitê durante quase um
616 ano, a Mesa Diretora, ela não aprovou essa pauta. E essa pauta também não foi
617 aprovada hoje. Obviamente, como o Governo é maioria, tudo que o Governo
618 quiser seria aprovado, está bem? Por outro lado, seria frustrante na primeira
619 reunião do novo mandato a gente já ver eventual atropelo por parte do Governo,
620 está bem? O segundo ponto é que a Portaria trazida pelo colega Ezequiel, como
621 ele bem coloca, ela está em vigor, mas ela está em vigor até o dia 22, pessoal, e a

622 reunião está sugerida para julho. Então, assim, é frustrante a gente ter que
623 debater essas filigranas, como eu coloquei aqui no chat também às 10h30, faz 4
624 minutos que a colega Fernanda debateu comigo no Zap agora, a Resolução, ela
625 fala que as reuniões seriam virtuais durante a vigência do Estado de calamidade,
626 que não existe mais. Então a Resolução também não existe mais, juridicamente
627 eu sei que tem colegas da saúde, de outras áreas, mas juridicamente essa
628 Resolução não pode ser aplicada. Aí é uma questão jurídica. Quando as reuniões
629 eram presenciais, seja a Karol, o João, acho que o João não estava nas
630 presenciais, enfim, quem estava nas presenciais que coordenava a reunião ali, se
631 tinha alguma dúvida, até ia no andar de cima, chamava algum Assessor jurídico
632 etc. E tal. Então, assim, pessoal, é frustrante a gente debater essas filigranas, mas
633 estamos aqui para isso. E, por fim, é a questão do horário, se as reuniões
634 presenciais eram 8h num dia e mais 8h no outro, 1h de almoço, eram 14h e a
635 proposta é de um dia só, diferentemente das on-lines, que eram dois dias, a gente
636 já está começando mal, pessoal. Então, assim, vamos lá, essa Resolução não tem
637 razão de existir, porque não estamos mais em Estado de calamidade, uma
638 proposta do próprio Governo e da sociedade civil, essa Portaria vai só até abril e a
639 reunião está agendada para julho. Então, assim, não existe nenhuma razão
640 jurídica, política, sanitária para a gente caminhar de forma contrária que não seja
641 uma reunião presencial e que ela seja ainda no mínimo de 8h. Eu acho que é isso,
642 pessoal, senão a gente também não vai conseguir caminhar mais com nada e
643 assim, eu peço encarecidamente, até para, claro, a Karol colocou, tem gente nova
644 chegando, às vezes não entende um pouco do funcionamento, mas está todo
645 mundo aí do Governo e da sociedade civil no zap conversando. Então, assim,
646 para aqueles que já entendem e acho que o Sávio é um que está, até antes do
647 que eu aqui há muito tempo, antes até do atual Governo, enfim, federal, então,
648 assim, ou a gente vai conseguir caminhar, meu querido Sávio, ou a gente vai
649 gastar tempo, energia, dinheiro, trabalho, recurso, orçamento sem eficiência, que
650 foi até uma palavra que alguma colega usou até aqui agora.

651 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Mateus, nós ouvimos aqui com
652 bastante calma a ponderação do colega. É claro, o alinhamento é o mesmo, nós
653 temos que como Colegiado que buscar consenso. Essas pautas do CNPCT só
654 avançarão sociedade civil e Governo olhando para o mesmo rumo, buscando o
655 mesmo objetivo, que é prevenção e combate à tortura, melhoria das estruturas e
656 tal. Eu ouvi com bastante ponderação os colegas. Eu gostaria de sugerir aqui,
657 evitarmos uma votação, conforme foi dito que nós temos aí para a próxima
658 reunião, muito provavelmente um quórum completo, então tinha uma ansiedade
659 dos colegas de iniciarem e retomarem posse, pedidos diversos dos colegas da
660 Defensoria e Ministério Público, sociedade civil. Então, vamos buscar um
661 alinhamento, a minha sugestão é na próxima reunião, conforme previsto,
662 mantermos esse meio virtual, dos colegas que têm alguma dificuldade de ir no
663 presencial, possam se programar, talvez até os suplentes, enfim, que não tenham
664 alguma comorbidade. Ministério, como o governo federal, está fazendo um
665 balanço que eu não posso deixar de citar aqui, nós temos uma economia de 2 a 3
666 milhões ano, está bem? Nas reuniões virtuais, então, isso é um dinheiro que pode
667 ser usado para políticas públicas, é um dinheiro que vai direcionar as políticas
668 públicas. Então, eu peço a compreensão dos colegas, mantermos esse modelo
669 virtual para a próxima reunião, conforme previsto, voltarmos com o quórum
670 completo para esse debate, porque senão nós vamos acabar indo realmente para
671 uma votação e aí inicia um Colegiado de forma não ideal, conforme foi citado
672 pelos colegas, não é? E nós temos uma pauta muito importante aqui, pessoal, é
673 um mecanismo, é a próxima pauta nossa, o mecanismo apresentar o
674 planejamento das inspeções, isso sim já evoluir com colegas da sociedade civil
675 acompanhando, colegas do Governo acompanhando. Então, que é o objetivo
676 realmente do CNPCT. Essa é a minha ponderação.

677 **Interlocutor não identificado** – Oh, Sávio, se permite uma parte, até para a
678 gente tentar caminhar, mas vamos lá, mas eu acho que como eu falei, a balança
679 tem que estar equilibrada e não dá para só um lado, entre aspas, ceder. A gente
680 deixa a primeira reunião on-line e as demais presenciais ou a sua sugestão é só

681 de deixar a primeira on-line e debater depois? E a outra questão é a seguinte, se a
682 primeira reunião for on-line e não há dois dias, mas um único dia, a gente também
683 podia deixar fechado dela ser de manhã e à tarde e não só de manhã.

684 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Está bem, a ideia é realmente
685 isso, os colegas da sociedade civil podem fazer um balanço, quem já está
686 confortável a participar presencialmente, não é? Nós vamos olhar a normativa
687 toda que ainda está vigente, conforme foi citado, o colega Ezequiel colocou, tem
688 Portaria, nós temos Decretos, enfim. Então, nós vamos verificar a questão
689 normativa toda e aí mantemos a próxima reunião virtual, com a apreciação desse
690 ponto de pauta, nós já podemos deixar até como encaminhamento esse ponto de
691 pauta para a próxima reunião.

692 **Interlocutor não identificado** – Não, eu entendo, Sávio, eu entendi, mas vamos
693 lá, a gente entende que não está vigente, você entende que está vigente, perfeito,
694 a gente não tem consenso. Só que como o João Lança falou, em estando vigente,
695 eram duas manhãs e não uma manhã. Então, assim, a gente também tem que,
696 alguma coisa vocês têm que ceder, Sávio.

697 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Nós vamos evoluir, claro.
698 Então, é o dia todo ou duas manhãs? Podemos colocar período de duas manhãs?
699 Que eu acho que facilita os colegas que tenham uma outra pauta à tarde, então, a
700 próxima reunião virtual, mantemos virtual com dois períodos pela manhã, pode ser
701 assim, então?

702 **Interlocutor não identificado** – Nas datas propostas já contempla isso, dois dias.

703 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Está bem, então, perfeito, dois
704 períodos. Atendemos, podemos encaminhar dessa forma, então, para partirmos
705 para o próximo ponto de pauta do Mecanismo?

706 **Interlocutora não identificada** – Gente, a Maria Clara está inscrita há um tempão
707 já e todo mundo foi pulando a vez dela.

708 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
709 **Organizações Populares, GAJOP) –** O Sávio me atravessou assim minha
710 inscrição. É o seguinte...

711 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Está bem, quem está falando?
712 Só um momento aqui só para registro. Então, Maria Clara, por favor, Maria Clara.

713 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
714 **Organizações Populares, GAJOP) –** Já apareceu aí na tela meu nome?

715 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Sim, Maria Clara, por favor.

716 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
717 **Organizações Populares, GAJOP) –** É o seguinte, como a Sylvia bem lembrou e
718 foi colocado na tela, todo mundo já falou, assim, está sendo uma questão bem
719 óbvia, é só ler o que está no calendário tem dizendo explicitamente local, Brasília
720 DF. E até no momento que foi dito que seria semipresencial, que é no caso das
721 reuniões da Mesa Diretora, está escrito “semipresencial (on-line)”. Então, assim,
722 está muito explícito. No caso que a gente está vendo aqui é uma alteração no
723 calendário, o Governo está propondo uma alteração do calendário para pôr uma
724 alteração no local em que vai ser realizada. Quem está incluindo essa nova pauta
725 é o Governo, não somos nós, vocês estão invertendo o que foi enviado. Já estava
726 previsto desde do início também que as próximas seriam dois dias, então, assim,
727 não estou entendendo por que isso se tornou uma questão, sendo o que estava
728 falando muito explicitamente aqui nesse calendário é que seria presencial. Então,
729 vocês é que estão querendo inverter a pauta.

730 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Então, eu quero, tem duas falas aqui
731 inscritas e eu quero, ao final, caso nós não temos aí esse consenso, colocar em
732 pauta.

733 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
734 **Organizações Populares, GAJOP) –** Não é questão de consenso, isso está uma

735 questão nova, oh João, não tem... Vocês estão invertendo o calendário que vocês
736 aprovaram.

737 **Sr. Ezequiel do Espírito Santo (Titular - Secretaria Nacional de Políticas da**
738 **Promoção da Igualdade Racial)** – João, eu tenho uma questão de ordem, por
739 favor.

740 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Maria Clara, só um momento,
741 Secretário Ezequiel. Maria Clara, em que pese não queira mais voltar a esse
742 mérito, esse documento “calendário”, ele é uma peça administrativa e aí lá ele
743 serve para definir as datas onde, que se farão as reuniões. Esse detalhe de local,
744 é uma matéria não de uma peça administrativa, é uma matéria de regimento, ou
745 está no regimento, ou está nas Resoluções que foram deliberadas. Essa é a visão
746 da Coordenação Administrativa, quando fez essa peça da forma como ela está.
747 Secretário Ezequiel, por gentileza, questão de ordem.

748 **Sr. Ezequiel do Espírito Santo (Titular - Secretaria Nacional de Políticas da**
749 **Promoção da Igualdade Racial)** – A questão de ordem é o seguinte, eu já havia
750 falado na minha fala anterior que esse assunto, do formato da reunião, não está
751 na pauta, está bem? Apesar da interpretação da nossa amiga Sylvia ser de uma
752 forma, eu continuo mantendo o meu posicionamento, como membro do Colegiado
753 titular, e quero deixar claro o seguinte, não está na pauta, não é para estar sendo
754 discutido. Como questão de ordem, eu quero propor que seja seguido o
755 regimento, Artigo 13, do nosso regimento que diz que: “Para ser aprovada
756 inclusão de assuntos extrapautas, quando revestido de caráter de urgência ou de
757 relevante interesse, deve ser votado no Plenário.” Então, olha, nós não temos um
758 assunto extrapauta ainda, nem proposto, está sendo discutido sem ninguém ter
759 proposto, formato da reunião. Portanto, nós temos uma Portaria, que eu já falei, do
760 Ministério da Saúde que ainda está vigente, ainda não foi revogada. Portanto, há
761 uma dúvida e uma discussão, não há um consenso entre os dois lados, sociedade
762 civil e Governo. Então, como questão de ordem, eu proponho: vamos parar a
763 discussão, vamos propor se entra ou não entra o formato da reunião como pauta

764 da reunião e aí a gente toca o barco e continua a reunião. Está bem? Eu penso
765 que nem é necessário votar isso, não tem que ser votado e nem fazer acordo
766 nenhum, vamos seguir o que está no regimento, vamos ser fieis ao nosso
767 regimento. Muito obrigado, essa é a minha proposta como questão de ordem.

768 **Interlocutor não identificado** – Ezequiel, a sociedade civil também traz uma
769 questão de ordem. A Resolução perdeu a vigência, está bem? Eu acho que é mais
770 fácil quando o Sávio quer fazer eventual consenso com a gente do que quando
771 você traz uma questão de ordem sem ordem, mas tudo bem. Então, vou trazer
772 questão de ordem, como foi falado pela Sylvia, foi falado no chat, foi falado por
773 mim, a Resolução ela tinha vigência durante o Estado de calamidade, sem o
774 Estado de calamidade, ela não tem mais vigência, é uma questão jurídica,
775 Ezequiel, quer o senhor concorde ou não, está bem? Outra coisa, a pauta, ela não
776 foi aprovada e, como foi falado agora pela Maria Clara, quem está tentando mudar
777 a proposta onde consta “Brasília/DF” é o próprio Governo. Então, assim, pessoal,
778 reitero que é frustrante a gente ficar nessas mesmas filigranas do anterior manda
779 do anterior mandato e, se é verdade mesmo, como foi falado aqui pelo Sávio e
780 pela Ministra, que a gente quer caminhar, combater a tortura, a gente não pode
781 fazer isso, Ezequiel, é muita contradição, Ezequiel, por favor. Então, assim, a
782 sociedade civil estaria aceitando a proposta, aí claro, falo pela ANADEP,
783 desculpem os demais, mas estaria numa linha de aceitar o que o Sávio propõe da
784 primeira reunião ser presencial, não ser presencial, a gente estaria abrindo uma
785 exceção, porque a Resolução não está em vigor, pessoal. Então, assim, isso tem
786 que ficar claro, a Resolução, ela não está em vigor, então, assim, a gente querer,
787 se o Estado de calamidade do Governo era condição da Resolução, ele não existe
788 mais, ela não está em vigor, pessoal. Então, assim, a gente, ou a gente vai tentar
789 estar uma maturidade para saber encarar a realidade, ou a gente não vai sair
790 daqui hoje e, como foi falado pelo Sávio, salvo engano, o mecanismo também vai
791 falar. Então, assim, te peço encarecidamente, Sávio... (intervenções simultâneas)

792 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Questão de ordem, eu peço
793 que dá uma resumida, por gentileza, você pediu questão de ordem.

794 **Interlocutor não identificado** – Então, a questão de ordem é a seguinte, a
795 Resolução não está mais em vigor, porque não existe mais o Estado de
796 calamidade a qual era condicionada a Resolução, essa é a questão.

797 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Ok.

798 **Interlocutor não identificado** – E a outra questão de ordem, diferentemente do
799 que o Ezequiel coloca, é que a pauta, ela não chegou a ser debatida, ela não foi
800 aprovada, entendeu? Agora, ainda que eu concordasse com o Ezequiel, quem
801 está alterando a pauta não é a sociedade civil, é o Governo. Então, finalizada a
802 questão de ordem, eu acho que a gente tem que caminhar, aí eu peço para o
803 Sávio e para a Ministra para a gente caminhar.

804 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Está bem, obrigado. Nós temos a
805 inscrição de fala aqui Sylvia, Fernanda Oliveira, ANADEP o Mateus acredito que já
806 tenha falado e a SNPG. Pergunto aos colegas se é necessária a fala? Então eu
807 concedo a fala, mas pergunto se a gente pode também ir para finalizar aqui o que
808 pode ser de postulado para deliberação, para votação? Sylvia, por gentileza.

809 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT)** – Ah sim,
810 não, eu só queria falar, vou ser vem concisa, porque é basicamente, assim, isso
811 que o Mateus e outros trouxeram. Não sei se todo mundo que está na reunião,
812 todos os membros leram a Resolução, essa Resolução do CNPCT, ela fala
813 claramente que: “Artigo 1º - Reuniões presenciais do CNPCT ficam suspensas
814 durante a vigência do Decreto Legislativo 6...” Que esse Decreto não está mais
815 vigente, então, essas reuniões presenciais que estavam suspensas, não estão
816 mais suspensas. Então, assim, a gente não tem que decidir se essa Resolução
817 agora, votar a Resolução ou não votar a Resolução. Assim, a Resolução é bem
818 clara, não é? Então, assim, não tem mais razão, que justamente demandava a

819 suspensão das reuniões presenciais, então as reuniões presenciais voltam, não
820 é? Então, assim, eu não estou entendendo todo esse circuito que se está sendo
821 feito para se evitar o retorno das presenciais. Aí eu queria até colocar a pergunta,
822 quero entender exatamente o porquê, por que não queremos retornar o
823 presencial? Assim, eu coloco a pergunta ao Sávio, à Sra. Ministra a razão de
824 exatamente o porquê, porque eu queria até entender realmente assim, quais são
825 os argumentos para não voltarmos a presencial, porque eu não consegui entender
826 juridicamente falando também de questões sanitárias, assim, não consigo ver,
827 vislumbrar essa razão. Então, eu coloco até essa pergunta, foi falado a questão da
828 economia, mas assim, a economia, o CNPCT tem a política pública, o CNPCT é
829 parte de um sistema de prevenção e combate à tortura, então o CNPCT é parte de
830 uma política pública que o Ministério deveria justamente promover, como o
831 Mecanismo também é parte de uma política pública que o Governo, o Estado tem
832 que brindar os recursos necessários, não é? Então só queria entender. E é isso,
833 obrigada.

834 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Sylvania, obrigado. João, só um
835 momento, é porque como foi citado aqui, para otimizar eu queria propor aos
836 colegas aqui que a Secretaria Nacional de Proteção Global, que faz a gestão do
837 Colegiado, pudesse fazer uma proposta aqui para avançarmos, senão nós vamos
838 realmente prejudicar a fala dos colegas aí do Mecanismo. E que eu gostaria de
839 conhecê-los, nós temos novos colegas aí, nós temos um planejamento de
840 atividades, que é o objetivo do CNPCT. É claro, respeitando a falado dos colegas
841 aí que estão inscritos, vou pedir só uma proposta da SNPG, por favor.

842 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
843 **Proteção Global)** – Bom, acho que a gente tem duas questões aqui dar
844 prosseguimento, primeiro é colocar que a gente, enquanto Governo do Estado,
845 está aberto sim a tratar da pauta. Mas eu acho que a gente tem que tratar aí da
846 questão preliminar colocada pelo Ezequiel, que é uma questão de ordem. Vamos
847 incluir esse item como pauta? Ok, se for do consenso aqui do Colegiado, a gente

848 inclui como pauta, não está como pauta. O Secretário Ezequiel colocou bem aqui
849 que não está posto como pauta e aí eu reitero, estou chegando hoje no Colegiado,
850 isso é importante, a forma como a gente lida para evitar desgaste que foi colocado
851 aí pela Sofia, pelo Mateus. É o primeiro ponto que eu queria trazer. Essa
852 revogação tácita que o Mateus coloca, eu discordo dela, juridicamente, porque no
853 final, o último Artigo fala que “a vigência deve estar vinculada ao quadro da
854 pandemia”, não está vinculada diretamente ao Decreto. Ok? E aí assim, um outro
855 aspecto que eu trago, que é importante aqui para o Colegiado, e aí na linha da
856 economicidade que foi dito aqui, que a gente possa permitir, o regimento hoje não
857 contempla isso, está colocado nessa Resolução o formato híbrido, que aqueles
858 que preferem ficar nas suas residências e não vir à Brasília, por motivo de doença,
859 por motivos diversos, possa sim participar de forma remota. Hoje o regimento não
860 prever isso, então, a gente tem que tratar isso no mérito também. Ok, vamos
861 revisar a Resolução para prever esse formato híbrido e aí, além disso, a gente tem
862 a questão orçamentária, que eu gostaria de que o Secretário falasse.

863 **Interlocutor não identificado** – Só comentar que a questão orçamentária a
864 gente, a despeito das reuniões, a previsão de recurso, a gente só tem que colocar
865 e fazer uma análise, vai ter e não vai ter e a gente tentar traçar aí, junto com a
866 parte de orçamento, essa definição. Então, enfim, é só o tempo também da gente
867 reagir e fazer as coisas, nada mais do que isso.

868 **Sra. Fernanda** – Eu estou inscrita e quero falar.

869 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, Fernanda, já ia passar a palavra
870 para você.

871 **Sra. Fernanda** – Eu acho que, já que nós vamos nos apegar a regimento, então
872 bora lá, não é? É para isso que a gente fez faculdade de direito. O Regimento
873 Interno do CNPCT não prever reunião on-line também, isso foi uma
874 excepcionalidade do Estado de pandemia. E também seguindo a linha do
875 Governo, já que é uma questão global da pandemia, então, só reforça que as

876 reuniões têm que ser retomadas on-line, porque, globalmente, todo o Brasil já
877 superou esse momento e já está relativizando todas as restrições ao máximo.
878 Então, fica pior ainda, vocês só estão piorando o argumento, só estão piorando.
879 Assim, definitivamente a próxima reunião do CNPCT, segundo o Regimento
880 Interno, de fato, o Ezequiel tem razão, nós não teríamos que estar discutindo isso,
881 nem Maria Clara também razão, porque isso já está previsto no regimento
882 CNPCT, já está previsto. Então, nós estamos discutindo, eu acho que a sociedade
883 civil se dispôs a discutir isso em boa-fé, entendendo as circunstâncias da
884 realidade, mas, pelo visto, com todo respeito, a gente não está recebendo
885 reciprocidade, não está recebendo reciprocidade. E, além disso, a questão
886 orçamentária não gasto não é igual à economia, quando você não gasta em
887 prevenção e combate à tortura, você não economiza, você gasta mais, porque eu
888 acompanho frente pelo desencarceramento familiar de pessoas sobreviventes do
889 cárcere nesse país inteiro e o que nós temos feito é gastar mais, porque as
890 pessoas estão saindo das cadeias doentes, aleijadas, mortas de fome como
891 aconteceu no Piauí e nós estamos aqui discutindo meia dúzia de moeda em
892 passagem. Realmente, essa meia dúzia de moeda deve valer mais que a vida de
893 seis pessoas no Piauí, realmente essa meia dúzia de moedas deve valer mais que
894 as 11 pessoas que morreram na última noite no Amazonas. Realmente, faz todo
895 sentido, todo complexo sentido. Então, sinceramente, na minha opinião, e assim, o
896 máximo da relativização que eu, enquanto Maria Felipa topo é que a próxima
897 reunião seja on-line, para a posse dos outros representantes e a partir daí todas
898 sejam presenciais. O Governo tem que sair daqui com esse compromisso, tem
899 que sair daqui com esse compromisso, porque senão só nós estamos cedendo,
900 independente de votação ou não, se nós vamos perder votação ou não, é uma
901 questão política demarcar uma posição, o nosso compromisso com a prevenção e
902 combate à tortura e não repetição não pode ser tratado como mera economia de
903 gasto, isso é um absurdo, isso é um absurdo! Então, eu proponho, e aí propondo
904 para encaminhar, e eu espero a sensibilidade dos representantes do Governo, que
905 essa próxima reunião seja on-line e a partir daí com a posse dos demais

906 representantes, todas serão presenciais, enquanto isso, a Secretaria tem tempo
907 mais que suficiente para organizar o orçamento, porque se não foi previsto isso no
908 orçamento, nós temos um problema bem mais sério, mas bem mais sério.

909 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Perfeito. Fernanda que não foi
910 previsto, está bem? Só para deixar claro, ninguém disse que não foi previsto não,
911 é só uma [ininteligível] interna mesmo.

912 **Sra. Fernanda** – Eu não falei que você disse, você disse exatamente o contrário
913 disso, por isso eu não disse que você disse. Então, assim, essa é a minha
914 proposta para encaminhamento, a próxima reunião duas manhãs, como propôs o
915 Sávio on-line a partir daí todas presenciais. Se a sociedade civil, que são os meus
916 pares, tiverem acordo, ótimo, se não tiver, vamos para votação, porque é melhor
917 perder com dignidade do que não ganhar é nada.

918 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Fernanda. Maria Clara,
919 podemos encaminhar, então, essa proposta da Fernanda e outras propostas? Ou
920 você quer falar? Maria Clara.

921 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
922 **Organizações Populares, GAJOP)** – Não, estava ainda levantada. Eu estou de
923 acordo com a proposta da Fernanda.

924 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Pergunto ao Sávio, como aí dentro
925 aí da articulação de Governo, se a gente pode encaminhar, Sávio, essa proposta
926 da Fernanda?

927 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, me parece que realmente
928 nós não teremos consenso, não é? Não é o que nós buscamos, não é? Mas,
929 então, a ideia é manter a próxima virtual e na próxima realmente esse ponto entra
930 em pauta, nós podemos trazer as normas intravigentes e concordo completo em
931 dar sequência. A minha ideia é não prejudicar a próxima pauta, que é o
932 Mecanismo, está bem? Se os colegas, então, entendem que tem que ir para

933 votação, não é o poder liberal, mas aí nós podemos encaminhar, então, para
934 votação. Na próxima reunião mantém virtual, entrando na pauta esse ponto, está
935 bem?

936 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, obrigado, Sávio. Então, aos
937 colegas, Mateus e Maria Clara, eu quero tomar a liberdade aqui da gente propor a
938 primeira linha de votação, que é esse encaminhamento do Sávio: manter as
939 reuniões como on-line, a próxima reunião, e na próxima reunião pautar esta
940 deliberação. O outro ponto de pauta é o encaminhamento da Fernanda: manter
941 on-line a próxima reunião e, a partir de então, já ficar deliberado que seriam
942 presenciais.

943 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Só faltou uma questão aí, viu,
944 João, que adeque a proposta do Mateus lá, que sejam dois períodos pela manhã,
945 próxima virtual, mas dois períodos pela manhã, está bem? Incluindo isso aí.

946 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, manter reuniões on-line e
947 deliberar questão de formato presencial, on-line e híbrido.

948 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Perfeito, João. E o outro
949 registro que tem que entrar no colegiado é que nós vamos ter que mexer em uma
950 Resolução para ter uma previsão de híbrido, hoje nós não temos essa previsão.
951 Então, na próxima reunião nós já podemos trabalhar também nesses debates uma
952 proposta de Resolução do colegiado para ter híbrido, seus colegas se sentirem
953 confortáveis eles voltam para o presencial e os colegas que não se sentirem
954 confortáveis eles permanecem no virtual.

955 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – As próximas... Subsequentes ferem no
956 formato híbrido. E a proposta 3, fechei essas duas propostas como foram os dois
957 últimos que se destacaram aqui no debate. Quero mostrar para os colegas caso
958 tenha uma proposta 3, 2 propostas, primeira proposta: "Manter reuniões online
959 deliberar a questão do formato." A segunda proposta: "Manter reuniões online e as

960 subsequentes serem no formato presencial." Que foi a proposta da última fala da
961 Fernanda.

962 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
963 **Defensoras e Defensores Públicos)** – João, questão de ordem. Mas você não
964 poderia projetar? Porque fica tão difícil assim saber exatamente qual é o texto.

965 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Eu coloquei no Chat, mas eu vou
966 colocar no Word aqui. O

967 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
968 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Desculpa, não tinha visto. Perdão.

969 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – A proposta 3 a Maria clara colocou
970 aqui: "A próxima reunião presencial e entra na pauta a proposta de se tornar
971 híbrida. " Entra na próxima ao nessa?

972 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
973 **Organizações Populares, GAJOP)** – É na próxima, porque como eu já falei, todo
974 mundo já falou, isso é uma coisa nova, Resolução não está mais em vigência, o
975 calendário que foi enviado previu presencial, então, o que o governo está
976 colocando aqui é uma coisa nova, já tinha previsão de ser presencial, se ele quiser
977 alterar para o híbrido ou online e isso vai ter que ser colocado na próxima reunião
978 e não aqui agora, isso nunca foi uma questão, está sendo inventada agora. E a
979 proposta da Fernanda foi que ficasse acordado ainda a gente cedendo próxima
980 reunião ser online e as demais fossem presenciais, não foi de a próxima reunião
981 entrar na pauta, porque isso foi... Porque se isso entrar, isso está indo contra a lei
982 que foi e que já foi falado pelo Mateus, pela Fernanda, pela Silva, por todo mundo
983 aqui.

984 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Eu vou pedir a Maria Clara para
985 fazer a proposta, então, para incluirmos mais um aqui.

986 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
987 **Organizações Populares, GAJOP)** – Eu queria falar também que está muito
988 difícil de entender o representante do governo, o áudio está oscilando o tempo
989 todo, esse formato online realmente dificulta muito entender o que ele está
990 falando.

991 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Está bem. Eu vou pedir
992 novamente colega Maria Clara para redigir mais uma proposta e aí de forma
993 imediata de irmos para a votação, porque nós temos uma pauta mecanismo ainda,
994 não gostaria de prejudicar essa pauta.

995 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
996 **Públicos)** – Sávio, questão de ordem. Não tem o que votar, a Sociedade Civil não
997 vai votar, pelo menos a ANADEP não vai votar. A Resolução não está em vigor e
998 aí não é uma questão de ordem, João, eu que lido errado, não é uma proposta
999 minha, já estava na proposta os dois dias, e o que li errado, eu li rápido, então, já
1000 consta dia 21 e 22 de julho, então, isso não a uma nova proposta. O que eu quero
1001 dizer aqui, pessoal, é frustrante esse governo não querer combater a tortura, e
1002 outra questão de ordem, a Resolução não está em vigor. Se o governo entende
1003 diferente de chamar o DPU, chama o assessor jurídico para falar com a gente, não
1004 está em vigor a Resolução, pessoal, não podemos ter... É uma questão de ordem,
1005 como Ezequiel colocou antes, não é uma questão de mérito, se não é uma
1006 questão de mérito não podemos votar. Uma questão de ordem, Resolução não
1007 está em vigor, o Decreto... Tanto que nós temos motociatas aí, gasto de dinheiro
1008 público. O Decreto não está mais em vigor, não estando mais em vigor o Decreto,
1009 não há Resolução, pessoal, se tiverem dúvidas chamem a assessoria jurídica de
1010 vocês, por favor. Não podemos votar algo que não existe. Eu nem falei com a
1011 Fernanda aqui no WhatsApp, mas eu enquanto a ANADEP, Fernanda, eu acho
1012 um absurdo o que está acontecendo aqui agora e a gente não pode voltar, eu não
1013 vou votar em uma coisa que não existe e, Resolução não está em vigor. Agora se
1014 o Conselho quiser fazer um acordo ele tem que fazer um acordo com o que está

1015 em vigor, isso aqui é um absurdo, tem que ser constado em ata isso aqui, João,
1016 isso aqui é um absurdo, tira a gente do sério, a gente trabalha aqui o ano inteiro, a
1017 semana inteira, para vim aqui esse governo que faz motociata gastando dinheiro
1018 público falando de orçamento. Isso aqui é um absurdo, pessoal, isso aqui não
1019 pode acontecer. Como a Fernanda colocou aqui, isso é inaceitável, o governo
1020 deveria pelo menos fingir que quer combater a tortura, é um absurdo depois de um
1021 ano parado vocês voltarem com as mesmas coisas de um ano atrás.

1022 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mateus. Obrigado, Mateus. Eu já ia
1023 pedir para sintetizar, porque como é questão de ordem. Eu tenho a seguinte
1024 proposta, então, considerando a questão do Mateus que pese isso também ser
1025 uma proposta de não votação, eu proponho que a gente avalia essas quatro
1026 propostas, ou seja, decida, passa uma por uma deixando o registro, já está em
1027 pauta, já está gravado, Mateus, já vai para ata melhor dizendo, e aí a
1028 manifestação daquela entidade pode ser de se recusar a participar daquela
1029 votação. Nós temos a proposta a um: "Manter a reunião online e deliberar a
1030 questão do formato na próxima reunião, manter previsão de reuniões em dois
1031 turnos." Proposta dois: "O manter a reunião online e a subsequentes serem no
1032 formato presencial. Proposta 3: "A próxima ser presencial e entra na pauta a
1033 proposta de se tornar híbrida." Proposta 4: "Manter a próxima reunião online e as
1034 subsequentes serem no formato híbrido."

1035 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – João, é isso mesmo, você já
1036 fez o relato das propostas aí nós temos algumas falas convergentes, às vezes
1037 essa comunicação não acontece da forma correta, mas a proposta 4 também
1038 atende, nós vamos trabalhar na próxima reunião, regulamentar essa híbrida para
1039 os colegas que se sentem à vontade de retornar à presencial, então, atende como
1040 várias falas dos colegas da Sociedade Civil falaram que querem tornar presencial.
1041 Então, a ideia essa, retornar próxima reunião online e trabalhar nessa Resolução
1042 da possibilidade do híbrido. Então, antecipo aqui já para os colegas aí que nós
1043 temos consenso sim, basta observar.

1044 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok. Então, podemos começar a
1045 votação da proposta 1?

1046 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
1047 Mas é o seguinte, João, não tem uma questão de votação aqui dessas propostas,
1048 primeiro a gente tem que observar algumas coisas justamente por questão de
1049 ordem. A Resolução não existe mais, não está em vigência, então, assim,
1050 estamos no estado de direito que respeita as leis? Estamos ou não? Há essa
1051 questão. Aparentemente não. A gente não está discutindo a uma questão aqui do
1052 que eu penso, do que eu acho que é, existia um regimento que estava em vigor
1053 que não está mais, porque não estamos mais em situação de calamidade e iniciar
1054 outros em interesses escusos para que não se haja a reunião presencial, isso tem
1055 que ser dito, porque a gente está tendo carnaval, há duas semanas atrás a gente
1056 teve carnaval de as pessoas estavam aglomerados, então, não é possível. Agora
1057 a gente está vendo o Sávio aqui com a senhora Ministra sentados em uma mesa
1058 sem o uso de máscaras, porque isso, inclusive, é permitido, estão nos seus
1059 ambientes de trabalho presencialmente. E aí de fato quando a Bruna diz que
1060 estamos entrando agora, de fato é, agora eu me sinto bastante desapontada que a
1061 gente ter que discutir uma questão tão simples quanto essa. Então, isso é
1062 bastante desgostoso para quem começa a entrar no comitê, ao invés de a gente
1063 está discutindo questões relevantes que no momento que a gente está falando
1064 isso as pessoas estão com racionamento de água, as pessoas estão
1065 aglomeradas, a gente está discutindo isso, isso aqui para mim não significa nada.
1066 Então, eu não acho que é questão de votação mesmo porque se a gente for
1067 colocar nesse aspecto de votação e a gente está em minoria aqui, nós da
1068 Sociedade Civil. Então, não é essa a questão de votação, é uma questão óbvia.

1069 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sofia, me permita uma fala aqui da
1070 parte da coordenação de apoio, essa coordenação de apoio, o local que nós
1071 estamos aqui é para servir no bom andamento da reunião de colocarmos, então,
1072 como plataforma de fazer valer as vozes servido aos trabalhos, resumindo. E aí eu

1073 quero que com base nesse contexto você entenda uma ponderação que eu vou
1074 fazer nesse contexto, porque as propostas aqui... A execução de colocar proposta
1075 de votação na minha parte enquanto coordenação de apoio é de fazer o trabalho
1076 dessa reunião caminhar. Entendam o que eu vou dizer aqui nesse contexto, a
1077 Resolução diz do artigo terceiro que essa Resolução terá vigência durante o
1078 período do quadro de pandemia da Covid-19 cessando os seus efeitos
1079 imediatamente após os retornos das condições. Nós temos uma Portaria do
1080 governo de abril de 2022 que ela entra em vigor em maio de 2002, aí a Portaria do
1081 Ministério da saúde coloca fim, maio de 2022. Nós estamos em vigor ainda na
1082 égide dessa Portaria, então, aqui a coordenação além de entender que essa
1083 Resolução precisa sim de uma revogação expressa. Agora, a par disso o que eu
1084 só queria propor é o seguinte, eu entendo as insatisfações por causa dos
1085 interesses das pautas de ostras, essa proposta aqui é para a gente caminhar na
1086 reunião, encerrar esse assunto e o mérito desse assunto será resolvido na
1087 próxima reunião. É uma proposta, eu gostaria de continuar com essa proposta
1088 para encerrarmos esse momento.

1089 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Exatamente. Só lembrando aos
1090 colegas, o Mateus, o pessoal mais antigo, a Sylvia também que é convidada e
1091 acompanha desde o início, sabem disso, que estão alegando a questão de
1092 vigência. Até o dia 22 a Portaria está vigente, mas a Ministra como Presidente
1093 desse colegiado ela pode creditar essa Resolução ad referendum do plenário,
1094 então, isso não é impedimento, reafirmo que nós estamos buscando aqui uma
1095 solução administrativa para temos nossa reunião, voltarmos a focar na pauta do
1096 CNPCT. Então, eu peço a compreensão dos colegas, vamos alinhar a proposta
1097 para partimos de já para o mecanismo. Essas questões formais que estão sendo
1098 levantadas não cabem.

1099 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1100 **Públicos)** – Savio, é o seguinte, se o senhor quer que o mecanismo fale a gente
1101 para tudo agora e houve o mecanismo. Agora assim, não dá para votar o que não

1102 está em vigor, então, quando o João perde para a Sofia entendeu, ele tem que
1103 pedir para vocês se entenderem, porque vocês não estão entendendo.

1104 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Não votaremos, então,
1105 podemos ter um consenso aqui na proposta 4?

1106 **Interlocutora não identificada** – O que estava sendo posto era que na próxima
1107 reunião seria presencial. Está sendo novidade que a próxima seja online, então,
1108 não tem como incluir na próxima que seja presencial. A pauta é que na próxima
1109 incluiria na pauta para se tornar híbrida, vocês estão invertendo que estava sendo.
1110 Se for para colocar alguma coisa na próxima pauta tem que ser a proposta de se
1111 tornar híbrido e a próxima reunião ser presencial, isso é o que já estava decidido.
1112 A única dúvida...

1113 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A Maria Clara é uma colega
1114 nova agora no CNPCT, deve já ter participado de outros colegiados, mas vamos
1115 ter que fazer uma Resolução preparando essa questão do híbrido. Na próxima
1116 reunião podemos incluir na pauta, inclusive, já peço para coordenação geral trazer
1117 uma proposta de Resolução híbrida e aí sim avançar.

1118 **Interlocutora não identificada** – Perfeito, mas isso vai ser apresentado na
1119 próxima reunião presencial da forma como foi colocado no calendário.

1120 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Se os demais colegas
1121 entendem como a colega inevitavelmente teremos que ir para a votação. Eu peço
1122 a coordenação geral que coloque já no Chat e vamos para a próxima pauta.

1123 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores
1124 Públicos)** – Não vamos votar, Savio.

1125 **Interlocutora não identificada** – Gente, como se combate tortura dessa forma? A
1126 gente está falando de pessoas que estão precisando de desse comitê nacional,
1127 nós estamos aqui tratando de assuntos sérios, isso é muito sério, o comitê já tem

1128 seis meses rolando e é necessário que essas reuniões sejam presenciais, porque
1129 o estado quando ele está cometendo as torturas, as violações de direito, ele faz
1130 muito presencial, é presencial que o estado está lá violando os direitos, presencial
1131 que acontecem as torturas, isso é muito sério.

1132 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, colegas. Pedindo licença e sem
1133 querer interromper eu gostaria de colocar em votação a proposta um.

1134 **Interlocutora não identificada** – Se for colocar em votação, João, vai ter que ter
1135 uma manifestação prévia da presidência quanto ao não cumprimento do artigo 14,
1136 inciso VIII da Resolução que fala expressamente compete a Presidente do CNPCT
1137 cumprir e o fazer cumprir as resoluções e recomendações emanadas de plenário.
1138 Como foi bem colocado aqui a Resolução nº 20 que foi excepcional traz em seu
1139 artigo 1º que a sua vigência se dar de acordo com o Decreto federal, obviamente
1140 por qualquer questão de interpretação de leis que aprendemos no primeiro
1141 período da faculdade, todos os demais artigos são condicionados ao artigo que
1142 vem dizendo o porquê aquela Resolução serve. E aliás todos os condicionantes
1143 da Resolução estão ali. Considerado, considerado, considerado e considerado,
1144 das considerações também há vinculação ao Decreto federal e não o Decreto
1145 estadual, se a Resolução excepcional não está mais funcionando o que vale é a
1146 regra do regimento e ao colocar em votação é negado vigência ao regimento,
1147 portanto, se cabe à presidência de acordo com o artigo 14 do nosso regimento,
1148 cumprir e fazer cumprir as recomendações se resoluções, se for colocar em
1149 votação é importante que têm essa manifestação prévia aqui da presidência.

1150 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1151 **Proteção Global)** – Bom, gostaria de fazer uma questão de ordem, porque a
1152 gente está entrando em interpretações das normativas aqui impostas que não
1153 cabe a nós Conselheiros fazermos essa interpretação, se a gente for seguir por
1154 essa linha sem entrar em acordo aqui de uma opção que seja consensuada a
1155 minha sugestão é que a gente encaminhe para fazer uma consulta à nossa
1156 consultoria jurídica que vincula a administração pública em relação a essas

1157 interpretações. Se o caminho for esse a proposta que o governo tem que seguir
1158 será essa.

1159 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1160 **Públicos)** – Questão de ordem. O comitê nacional é o modo de estado e, é
1161 independente e não é obrigado a seguir as orientações jurídicas do governo,
1162 metade do governo pode seguir sugestão do governo, mas o comitê enquanto
1163 todo ele não é obrigado a seguir orientações jurídicas ilegais, imorais,
1164 inconstitucionais do governo. Se é uma gripezinha não é uma reunião híbrida, se é
1165 só uma gripezinha vamos combater a tortura.

1166 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1167 **Proteção Global)** – Mateus, eu quero registrar a minha fala. Então, vincula aos
1168 representantes governamentais as interpretações jurídicas da AGU, então,
1169 impede, inclusive, que a gente se manifeste de fato. Se for por essa linha que a
1170 gente não entre em acordo, se for entrar em questões de análise jurídica temos
1171 muitos advogados aqui para fazer interpretação diversa, mas o que vincula os
1172 representantes governamentais pela interpretação da nossa consultoria jurídica.
1173 Então, se a gente for para por aí o meu encaminhamento aqui é que a gente para
1174 essa consulta jurídica para poder orientar os representantes governamentais.

1175 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1176 **Públicos)** – Perfeito, Karol, mas para ter um acordo o governo tem que ceder em
1177 alguma coisa

1178 **Sra. Karoline Aires Ferreira Vasconcelos (Suplente - Secretaria Nacional de**
1179 **Proteção Global)** – Só um aparte. Porque eu ouvi falas aqui que estavam em
1180 desacordo com a própria sugestão da Sociedade Civil. A Fernanda colocou aqui
1181 que a próxima reunião fosse virtual e as demais presenciais. Eu tinha feito uma
1182 proposta que ok, presenciais, mas dando a possibilidade para quem quiser ficar
1183 remoto fique, em face de várias situações, por isso foi feita a proposta nº 4.

1184 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1185 **Públicos)** – E aí vamos lá. Eu peço desculpa para a Fernanda, eu não falo pela
1186 sociedade civil, eu falo aqui pelo Mateus. Se a Fernanda fez essa proposta e
1187 mesmo tomado porrada do governo há 2 horas a Sociedade Civil quer chegar em
1188 um consenso para a gente poder ouvir o mecanismo, até respeito aos colegas do
1189 mecanismo, a Ana Valência colocou aqui no Chat que tem um compromisso.
1190 Então, a Sociedade Civil, seria importante ouvir a Sociedade Civil, aceita mesmo
1191 sendo espancada pelo governo, gente aceitaria que a próxima reunião fosse
1192 online em duas manhãs e a partir daí a gente observasse Resolução, perfeito.
1193 Entendo que a gente nem precisaria de uma Resolução, porque esse plenário ele
1194 tem em conforme os tratados internacionais, a constituição e a lei de 2013, ele tem
1195 a prerrogativa de decidir, então, se esse plenário decidir agora por consenso ou
1196 mesmo votação mais gente não precisa nem de uma reunião para dizer que é
1197 híbrida.

1198 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Mateus, no final da sua fala tem a
1199 proposta de votação sua?

1200 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1201 **Públicos)** – Vamos lá. Mesmo a Maria Clara, Fernanda, Sofia, Mateus, estarmos
1202 sustentando, aí eu estou falando quem eu estou vendo na tela, estarmos
1203 sustentando que o que o governo está querendo fazer é ilegal, imoral e
1204 inconstitucional. Eu pessoalmente, se a Fernanda concorda eu agradeço, não
1205 estou vendo ela agora na tela, eu até concordaria com a proposta da Fernanda da
1206 próxima ser virtual, mas com o compromisso do governo que as demais sejam
1207 presenciais como Resolução em vigor e aí não seria a votação, gente, seria a
1208 gente conseguir caminhar.

1209 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Só para entender. Seria a
1210 proposta quatro, aí embaixo, manterá próxima reunião online e as subsequentes
1211 em no formato híbrido, é isso?

1212 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1213 **Públicos)** – Perfeito.

1214 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Entendi.

1215 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Vamos colocar em votação.

1216 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – O que a gente não quer é votar,
1217 João, você não está entendendo. Se a proposta quatro é consenso, caminhemos,
1218 a gente não quer votar

1219 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Podemos, então, dentro da fala
1220 do colega Mateus, os colegas novos da Sociedade Civil, podemos trabalharmos
1221 em conjunto, vamos nessa proposta 4, debatermos a matéria, trazermos todas as
1222 normas aí na próxima reunião, mantemos a próxima virtual para os colegas se
1223 organizarem e trazerem a proposta de nova Resolução híbrida. E aí sim a
1224 proposta 4, Mateus, eu acho que nós estamos tendo uma falha na comunicação, é
1225 a mesma coisa que você acabou de falar, podemos manter a proposta quatro?

1226 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1227 **Públicos)** – Na verdade, o que eu falo, Sávio, é o compromisso do governo das
1228 demais serem presenciais.

1229 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Quem quiser vir presencial,
1230 Mateus, virá presencial, e quem quiser por algum motivo de saúde se manter à
1231 distância, se manterá, só precisamos regulamentar isso.

1232 **Interlocutor não identificado** – Sávio, a proposta 4. O Mateus já falou que está
1233 ok, é a proposta 4.

1234 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É isso. Temos consenso,
1235 então, colegas? Podemos aprovar por consenso?

1236 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1237 **Defensoras e Defensores Públicos) – Sra. Fernanda da Silva Rodrigues**
1238 **Fernandes (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos) –**
1239 **Sávio.**

1240 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Pronto. Quem fala?

1241 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1242 **Defensoras e Defensores Públicos) –** É Fernanda. É porque tem hora que
1243 parece que você está em um túnel e a sua voz vai embora.

1244 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Vamos fazer a leitura aqui da 4
1245 novamente. Vai atender o que o colega Mateus colocou, quem quiser vir
1246 presencial virá presencial e que tiver algum impedimento por questão de saúde
1247 permanecerá... A próxima é virtual, destacando que a próxima é virtual e as
1248 demais serão híbridas, fazendo uma Resolução, trabalhando dessa Resolução
1249 que tem essa previsão.

1250 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1251 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Lê a proposta 4, João.

1252 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Proposta 4: "Manter a próxima reunião
1253 online e as subsequentes serem no formato híbrido. Presencial e com
1254 possibilidade com o ponto online, transmissão entrar na sala também por via
1255 online.

1256 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1257 **Defensoras e Defensores Públicos) –** Ok.

1258 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Perfeito. Podemos por
1259 unanimidade, por aclamação aqui aprovar essa proposta ou precisamos ir para a
1260 votação.

1261 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
1262 Savio, eu acho que podemos, mas eu acho que seria importante, o que eu disse
1263 logo no início é que não teria previsão da posse dos novos membros, isso seria
1264 importante constando para a próxima reunião. Inclusive caso tenha a possibilidade
1265 de ter qualquer tipo de votação que a gente não esteja em qualquer desvantagem,
1266 então, nessa próxima reunião que será online pelo que eu estou entendendo que
1267 a gente chegou no consenso, os novos membros têm que ser empossados
1268 também.

1269 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Exatamente, Sofia. Inclusive,
1270 aproveitando para destacar questão que foi levantada pela Maria Teresa, a colega
1271 Maria Teresa no início. A entidade que ela representa precisará formalizar a
1272 substituição do nome dela, ela levantou uma questão, um impedimento agora que
1273 ela vai se candidatar. Então, peço que a entidade dela já formalize para que na
1274 próxima reunião já considerando que teremos os próximos membros da
1275 Sociedade Civil, ela entra também já nessa formalização. Então, parece que nós
1276 temos consenso, então...

1277 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT) –** Questão
1278 de ordem. Desculpa. A questão de ordem é a aqui é a Sylvia.

1279 **Interlocutor não identificado –** Oi, Sylvia.

1280 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT) –** É só para
1281 esclarecer, desculpa. Para tentar se chegar nesse consenso, mas a questão,
1282 talvez seja uma questão de linguagem, assim, a gente conversando, mas seria a
1283 próxima on-line para que na subseqüentes seja presencial possibilitando o formato
1284 digamos a conexão virtual para aqueles que não queira vir, não é isso?

1285 **Interlocutor não identificado –** Exatamente.

1286 **Sra. Sylvia Dias (Associação para a Prevenção da Tortura - APT) –** Porque a
1287 regra é o presencial, digamos, todos os membros terão direito aí, poderão ir.

1288 **Interlocutor não identificado** – Sylvia, é híbrida. Só que nós precisamos colocar
1289 isso em uma Resolução, porque nós não temos uma Resolução hoje prevendo a
1290 híbrida, nós temos prevendo a virtual, nós tínhamos para a presencial, nós
1291 precisamos garantir os colegas que se quiser manter afastados, na via a atual. É
1292 só isso.

1293 **Interlocutora não identificada** – Uma questão de ordem. Enquanto não tiver a
1294 Resolução sobre o híbrido vai ser presencial.

1295 **Interlocutor não identificado** – Eu acho que essa já está bem superada essa
1296 questão é que a próxima...

1297 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1298 **Organizações Populares, GAJOP)** – Não, a gente precisa deixar tudo às claras
1299 aqui.

1300 **Interlocutor não identificado** – Vamos deixar agora. A próxima virtual e as
1301 outras...

1302 **Interlocutor não identificado** – O modelo?

1303 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1304 **Organizações Populares, GAJOP)** – É. Aí o Senhor falou que depende da
1305 Resolução. Então, eu estou colocando, enquanto vocês não fazem a Resolução
1306 vai ser garantido o presencial.

1307 **Interlocutor não identificado** – Nós temos duas formas de Resolução.

1308 **Interlocutor não identificado** – É isso mesmo Maria Clara. É isso mesmo que
1309 você colocou, está certo.

1310 **Interlocutor não identificado** – Essa Resolução...

1311 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1312 **Organizações Populares, GAJOP) –**Que isso conste em Ata. Ah, desculpa,
1313 interrompe que eu não estava escutando que o Senhor estava falando.

1314 **Interlocutor não identificado –** Maria Clara.

1315 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1316 **Organizações Populares, GAJOP) –**Mas que isso conste em Ata.

1317 **Interlocutor não identificado –** Maria Clara, é regulamentar o híbrido.

1318 **Sra. Maria Clara D'Ávila Almeida (Titular - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
1319 **Organizações Populares, GAJOP) –**não, eu sei, aí só enquanto não
1320 regulamenta, possivelmente não sair essa regulamentação, depois dessa próxima
1321 reunião on-line, certo? Aí as próximas vão ser presenciais. Sem a possibilidade...

1322 **Interlocutor não identificado –** A Sra. Ministra ponderou aqui, ela já vai preparar
1323 essa Resolução, já peço aos colegas da coordenação faça uma Resolução
1324 híbrida, que aí na próxima reunião nós vamos levar já para aprovação Ad
1325 referendum dos colegas. Então, nós vamos ter essa Resolução.

1326 **Interlocutor não identificado –** Ok.

1327 **Interlocutor não identificado –** Sávio, completando, se o João me permiti, deixar
1328 essa votação na Resolução para o primeiro ponto de pauta na próxima reunião.

1329 **Interlocutor não identificado –** Mateus, nós estaremos na reunião da Mesa
1330 Diretora e faremos os ajustes lá. Eu queria colocar em uma questão aqui de
1331 ordenar os trabalhos, só eu gostaria de pedir a compressão dos colegas. Sylvia,
1332 como convidada você não tem aí a possibilidade de pedir questão de ordem, mas
1333 ponto de informação e dúvida, ok? Mas questão de ordem é uma questão de
1334 Conselheiro. Sem prejuízo da sua fala na medida aí para colaborar com os
1335 trabalhos. Outra coisa Mateus, eu queria pedir a você Matheus para evitar esse
1336 tipo de comentário que está aqui no Chat que você fez às 11h15 para a gente não

1337 tecer esse subjetivismo aqui nas falas com relação a uma determinada
1338 representação que se faz na reunião e a ter os debates aqui, os objetivos, as
1339 nossas discordâncias, que são tensas, ok, mas eu queria pedir para evitar esse
1340 tipo de comentário Mateus. E as demais colegas também. Temos, então...

1341 **Sra. Cláudia Gonçalves Leite (Suplente - Ministério da Cidadania)** – Eu só
1342 queria registrar que isso é um desagravo ou que o Mateus escreveu no Chat, a
1343 gente não pode concordar com isso, nós estamos debatendo aqui de forma ampla,
1344 clara e isso crime de calúnia. Eu acho que nós podemos aceitar isso, estamos nos
1345 desrespeitando aqui no Comitê. Então, eu acho que a gente tem que deixar claro
1346 isso, eu quero que conste em Ata que a gente não pode aceitar esse tipo de
1347 manifestação Mateus no Chat. Nós estamos aqui trabalhando em conjunto para
1348 combater a tortura, para resolver um problema tão grave e a gente tem que aturar
1349 esse tipo de comentário no Chat. Obrigada.

1350 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1351 **Públicos)** – Perfeito, Cláudia. Se é uma calúnia eu posso usar da exceção da
1352 verdade também. Mas eu te respeito a sugestão do João, vou tentar não fazer
1353 esse comentário embora, se fosse passar para o crime de calúnia, eu sustentaria
1354 a exceção da verdade, que é um instrumento jurídico em minha defesa.

1355 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, então. Então, nós temos aqui
1356 a proposta quatro que, na verdade, é a única proposta manter a próxima reunião
1357 on-line e a subsequentes no formato híbrido, o formato híbrido será
1358 regulamentado na próxima reunião. Temos aqui unanimidade, ok? Se for unânime
1359 pode ficar em silêncio, se tem algum desacordo, se manifeste. Peço...

1360 **Interlocutora não identificada** – Só um esclarecimento aqui, só corroborando o
1361 que a Maria Clara falou rapidinho. Conforme ela colocou de demais presenciais a
1362 não ser que seja aprovado a Resolução no formato híbrido na próxima.

1363 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Regularmente o híbrido. Ok, fica
1364 registrado, e fica aprovado o encaminhamento com a suplementação aí colocada
1365 pela Maria Clara, pelos outros colegas e também agora pela Doutora Fernanda.

1366 **Interlocutora não identificada** – João, só uma parte do que acabou de ser dito.
1367 Não é a não ser que seja aprovado, nós estamos encaminhando para aprovação.
1368 O que nos falta é a Resolução, nós temos consenso na aprovação no híbrido.

1369 **Interlocutora não identificada** – Não, não tem como aprovação, tem o texto, não
1370 é? Então, assim, há um compromisso aqui pelo que eu entendi de que todos são
1371 favoráveis ao híbrido, mas pode ser que por detalhes do texto não seja aprovada
1372 na próxima reunião, não é? Então, acho que foi essa questão.

1373 **Interlocutora não identificada** – É que seja aprovado, não é?

1374 **Interlocutora não identificada** – Acho que a gente querer outra coisa e a gente
1375 conseguir, a gente está aqui discutindo sobre um tema de efetivação e
1376 cumprimento de uma Resolução.

1377 **Interlocutor não identificado** – O resultado vai ser o mesmo viu colega
1378 Fernanda, a Carolina também, o resultado vai ser o mesmo. Como antecipamos já
1379 a Ministra vai soltar essa Resolução e na próxima reunião plenária nós
1380 aprovaremos essa Resolução Ad referendum. Analisaremos. Então, podemos
1381 seguir com essa aprovação, então, próximo ponto?

1382 **Interlocutor não identificado** – Próximo ponto de pauta é a apresentação do
1383 planejamento do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. O
1384 Comitê, o mecanismo, perdão. Pediu uma substituição da documentação que
1385 estava juntada na pasta e nós já incluímos uma apresentação que foi colocada,
1386 pedimos também o mecanismo que mantenha-se nesse ponto de planejamento
1387 das ações, por gentileza e já fez citando aí os colegas do mecanismo que estão
1388 com a palavra. Se precisar que o projeto aqui o PowerPoint me avise também as
1389 colegas tem essa liberdade. Com quem que está palavra?

1390 **Interlocutor não identificado** – Desculpa. Aquela apresentação rápida dos
1391 colegas que estão aqui, uma apresentação rápida, para conhecemos colegas.
1392 Sávio, peço aqui que me ajude na determinada condução, que eu preciso me
1393 deslocar ali para o banheiro, rapidamente. Ok?

1394 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1395 **Combate à Tortura (MNPCT)** – Então, eu posso iniciar. Bom dia a todos, bom dia
1396 todos a todos e a todes. Eu queria saudar em especial hoje a nossa empossada
1397 Vice-Presidenta Sofia, representante do ITCC em nome do qual eu saúdo todo o
1398 Comitê Nacional. Eu sou e Ribamar Araújo, sou perito desde a Fundação do
1399 Mecanismo em junho de 2015, e com mandato findo agora no próximo 24 de
1400 junho. Então, aqui também na boa companhia da companheira Bárbara e Ronilda,
1401 que eu peço que se apresentem.

1402 **Sra. Ronilda Vieira Lopes (Perita de Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom
1403 dia a todos e todas. Eu sou Ronilda... Atuando a vaga de pessoa com deficiência
1404 no órgão, sou toda oralizada, uso aparelho auditivo, e tem uma satisfação enorme
1405 estar participando aqui com vocês.

1406 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
1407 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom dia a todos, a todas e a todes. Eu sou
1408 Bárbara Coloniese, Fundação do Mecanismo Nacional também. Devolvo a palavra
1409 para o Ribamar, para começar a nossa apresentação.

1410 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1411 **Combate à Tortura (MNPCT)** – Então, a primeira pergunta que eu faço esse nós
1412 vamos ter repactuado uma hora, e nós vamos ter que fazer um mix da meia hora
1413 que nos sobrou, porque inicialmente estava previsto de 11h às 12h, eu pergunto
1414 se a gente vai ter meia hora ou 1h, é a minha pergunta? Para a gente poder se
1415 organizar aqui. Natural seria que a gente pudesse avançar até 12h30, é isso?
1416 Estamos de acordo quanto a isso? Vocês me ouvem? Eu não estou tendo retorno.

1417 **Interlocutor não identificado** – Se Ribamar, ouvimos sim.

1418 **Interlocutora não identificada** – Sim.

1419 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1420 **Combate à Tortura (MNPCT)** – Então, podemos e até às 12h30, não é? Então,
1421 vamos aqui dividir a apresentação conosco que aqui estamos, lembrando que nós
1422 nos fazemos representante, porque hoje um mecanismo tem duas equipes em
1423 missão em diferentes estados. Uma missão primeira vez é um Estado e uma
1424 missão de monitoramento no Estado que nós já estivemos por mais de uma vez
1425 se ela tem um condão de fazer o monitoramento já distinguindo um pouquinho
1426 aquela definição típica da natureza das nossas missões com a ajuda da Bárbara e
1427 da Ronilda nós vamos explicar melhor depois. Hoje, aqui está apresentado o, nós
1428 temos um quadro de 10 peritas, 11 peritos em efetivo gozo de mandado, ali o
1429 nome do Lucio simbolicamente está arriscado, porque ele acaba de pedi
1430 exoneração, o mandado do Lúcio como o meu e o do Gustavo vence, venceria,
1431 ele pediu exoneração, o meu e do Gustavo vence agora no próximo junho e, por
1432 que é simbólico dizer isso, não é? Porque tem a ver com um pouco a missão de
1433 vocês quanto Comitê de zelar para que não haja como houve esse grande ato na
1434 nomeação dos membros e emendas do Comitê Nacional também dos peritos do
1435 mecanismo, raríssimas vezes nós estivemos com 13, perdão, com os onze peritos
1436 inicialmente previstos, não é? E nós estamos agora com 10 e já em junho
1437 voltaremos a ter uma vacância de mais dois caindo para 8 preferidas e peritos que
1438 geria desse Comitê também maior celeridade no processo de seleção para evitar
1439 que as em pudesse do largo e ato que o Comitê também enfrenta para ser
1440 nomeados, a gente não virei uma grave vacância de tanto tempo na nomeação. É
1441 preciso lembrar aí a gente não pode deixar de dizer que nós estamos vivendo
1442 ainda sobre, como diria? Os resquícios do Decreto 9831, que acaba de ser
1443 reconhecido como inconstitucional e sem votação unânime do STF foi, como eu
1444 diria? Vencido em capítulo vencido, todavia nós estamos aqui apresentando nesse
1445 resumo que é simbólico, uma sequela vivida durante a vivência do Decreto 9831

1446 que representou em concreto um desmonte do mecanismo, como um braço
1447 operativo da política nacional de prevenção e combate à tortura. Por exemplo, se
1448 você ver ali assessoria que está ali representada pela Elaine, esse grupo já foi em
1449 tempos normais de três pessoas, além deles nós chegamos a contar com nove
1450 assessores e a simbólico estarmos aqui com a licença da Ronilda que veio
1451 agregar-se pelo seletivo ao mecanismo em 2021, ano passado, portanto, eu e a
1452 Bárbara simbolicamente estávamos aqui na coordenação até o início desse ano,
1453 lutamos muito pela a implantação dessa política desde o início com outros e
1454 outras e também pelo cumprimento efetivo da Lei nº 12.847, no qual o mecanismo
1455 cumpre um braço que eu chamo assim operativo diz inspeções regulares, mas
1456 que precisa e demanda na concepção que o Brasil optou necessário
1457 funcionamento do sistema nacional de prevenção e combate à tortura, na qual
1458 esse Comitê cumpre um papel fundamental. Então, que lembrando da
1459 necessidade de acelerar todo esse processo decisório, todo esse processo de
1460 instalação das mesas das Comissões de trabalho para que dando pleno
1461 funcionamento se possa vencer um pouco esse capítulo. E para correr atrás do
1462 prejuízo dessa estrutura necessária que o funcionamento tem. Nós que aqui
1463 estivemos durante esses meses, tivemos além de tudo sobrecarregados, é preciso
1464 lembrar que o mecanismo optou por fazer emissão mesmo no período de
1465 abrandamento das inspeções, perdão, da pandemia, porque nós estávamos
1466 convencidos e isso veio se a comprovar que o crime de tratamento cruel,
1467 degradante e torturas se agravou durante a pandemia, aliás, se agravou e muito,
1468 seja pelo não cumprimento a recomendação 62 do CNJ, se a gente teve que um
1469 trabalho de parto para nomear todas as representações dos peritos e perito,
1470 mecanismos dos membros da Sociedade Civil do Comitê imagina o que foi às
1471 mulheres grávidas e lactantes, que não tiveram o HC, o habeas-corpus coletivo de
1472 prisão domiciliar mesmo em período de pandemia. Imagine o que foi a
1473 incomunicabilidade a que foram condenadas a milhares de pessoas que tiveram
1474 cerceados o seu direito de visita e com ele tudo que a visita representando, entre
1475 eles a alimentação que deveria se complementar e outros lugares é a única

1476 chance que as pessoas têm de ter alimentação de qualidade, isso dá um painel da
1477 emergência e da urgência de nós retomarmos a normalidade do funcionamento
1478 desse sistema. Eu acho que nós podemos passar e aqui, jogo o papel
1479 fundamental também o cumprimento do papel do Comitê, em inspeções conjunta
1480 como foi sempre praxe, nós fizemos inspeções conjuntas com esse Comitê e
1481 também no cumprimento da missão de monitoramento dos nossos relatórios, das
1482 nossas recomendações. Nós temos muitos dos graves problemas que se
1483 acentuam no agravamento do parâmetro e tortura tem a ver com o fato de não ter
1484 uma vigilante e diligente presença também do Comitê no cumprimento dessas
1485 nossas recomendações. Por isso é importante, voltando a que o slide dizer que
1486 está previsto nesse plano de organização interna, um funcionamento de reuniões
1487 plenárias e ordinárias e extraordinárias que foi mantido mesmo em período de
1488 pandemia, um calendário com plano de ação que exige para dando o bom
1489 funcionamento e o diligente liberação de orçamento, o Brasil em relação a outros
1490 países como o vizinho Paraguai não avançou no sentido de que o mecanismo
1491 tendo autonomia que tem, a autonomia de funcionamento e política não tem
1492 autonomia financeira. Então, é preciso estar atento, porque do mesmo problema
1493 que padece, problema de não ter liberação de recursos atento para o bom
1494 cumprimento dessa missão. E aí como nós podemos dizer e é importante que
1495 estejam atentas, a veremos de celebrar de contamos com apoio de vocês para
1496 divulgar, para aprofundar esse debate, o lançamento de dois relatórios temáticos
1497 que trazem novidades sobre temas que todos nós precisamos aprofundar, além do
1498 nosso relatório bianual que precisa ser assim como o anterior não foi ainda
1499 publicado, ele foi recentemente lançado e ele precisa ser publicado, é de bom-tom
1500 que a gente usava como estratégia o fato de ser um órgão novo, pouco conhecido,
1501 que a gente fizesse mais do que um documento, um evento de lançamento para
1502 dá conhecimento da nossa política, então, tem um relatório aí, que nesse
1503 centenário de Nascimento de Paulo Evaristo Arns quis homenagear esse cardeal,
1504 porque não é só um religioso, é um lutador, foi um lutador em toda sua vida pela
1505 luta contra a tortura. E também, mais brevemente lançaremos dois relatórios

1506 temáticos, que estão, se eu posso dizer assim, na forma, um relatório temático
1507 sobre a missão que nós fizemos LGBT em todos... Em diversos estados. E um
1508 relatório a todos Sistemas Penitenciários Federais foi visitado em uma missão
1509 conjunta com a DPU aqui dignamente representado pelo Dr. Igor da DPU. Passo,
1510 então, a palavra, devolvo a palavra para Bárbara para que ela possa fazer aí e a
1511 Ronilda as observações sobre as inspeções que estão postas para além do nosso
1512 relatório. Eu não sei se é só na minha visão, mas está sambando muito aqui a
1513 apresentação dos slides.

1514 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
1515 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Então, bom dia novamente pessoal. Vou falar
1516 um pouquinho rapidamente desse eixo das expressões, a gente inicialmente
1517 naquela primeira lâmina mostra essa divisão do nosso plano de ação desse ano
1518 dividido em seis macro temas que são esses que estão aí agora, e aí eu nem sei
1519 se consigo comentar tudo que estava ali, realmente ficou indo e voltando, boa a
1520 partir do ponto três, se precisar voltar alguma lâmina, pode ser no ponto, por
1521 gentileza, alguém que estiverem aí com controle para falar um pouquinho sobre as
1522 inspeções para vocês. Comentar com vocês que desde a chegada dos peritos e
1523 peritos que foram o total de 3, 4, 5, 6, 7 que chegaram nesses últimos tempos, nós
1524 tivemos um processo de formação deles através do nosso protocolo de visita, para
1525 quem não conhece e quiser conhecer o trabalho do mecanismo a gente tem uma
1526 Resolução que é a número 3, que está no site, que é pública, tudo que a gente
1527 faz, os relatórios, tem alguém com microfone aberto. Abriu forte que para mim.
1528 Bom, e tem essa Resolução nº 3 que a gente fez um processo formativo, a cada
1529 entrada os novos peritos e peritas para mostrar um pouco do nosso protocolo de
1530 visita, de inspeções e também compartilhar com eles e também adicionar novas
1531 ideias, porque a partir desses novos ingressos a gente também de novas
1532 perspectivas de redimensionamento e avaliação do nosso trabalho. Então, houve
1533 esse processo formativo por duas vezes nas entradas peritos e peritas, que
1534 culminou agora no mês de março, uma inspeção no Distrito Federal, inclusive,
1535 como a gente sempre tem uma certa dificuldade da liberação de orçamento

1536 sobretudo no início do ano, a gente resolveu fazer do Distrito Federal também por
1537 esse motivo, porque esse não demora muito tempo para a gente inicial o ano na
1538 perspectiva da realização de inspeções em outros lugares. A gente, essa limitação
1539 orçamentária ela é um problema desde 2015, não tem essa autonomia financeira,
1540 ela causa impacto direto no nosso trabalho, então, a gente deve estar sempre
1541 lembrando disso para ver como é que a gente pode melhorar essa situação e não
1542 ficar refém, não é? Então, foram visitadas quatro unidades, uma LPI, instituição de
1543 longa permanência para idosos que é o Lar Francisco de Assis, que já tem
1544 relatório publicado, já está disponível no site do mecanismo, a unidade de saúde
1545 mental, a casa de passagem da ISM, que também tem relatório publicado e as
1546 Unidades Socioeducativas a de Santa Maria e a unidade de internação feminina
1547 do Gama, que estão em processo, os relatórios estão em processo de confecção
1548 e logo mais à serão publicados no site. Esse ano a gente, nós temos vários tipos
1549 de inspeções, nós temos inspeções regulares que são aquelas que nós vamos
1550 nos estados em uma perspectiva, sobretudo, inicial de contato com Estado, nós
1551 temos também inspeções que são temáticas quando a gente percebe que precisa
1552 da visibilidade para algum tema em específico como nós já fizemos em hospitais
1553 psiquiátricos e comunidades terapêuticas que vai ser lançado esse ano também, o
1554 relatório LGBTI + e nós temos as inspeções conjuntas que é o caso do que está
1555 acontecendo nesse momento no Amazonas. Então, para dentro essa diversidade
1556 de inspeções que nós temos em andamento nesse momento, nessa semana está
1557 ocorrendo a inspeção em Minas Gerais e também a expressão no Amazonas em
1558 parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Nós também temos previsões de
1559 mais inspeções regulares nesse ano, no entanto, a gente sempre tem que lembrar
1560 de que a gente tem o planejamento sempre amplo e considerando a partir da lei
1561 federal que soma, deveríamos ser 11 peritos e peritas, a gente faz sempre o
1562 planejamento do ano considerando as onze pessoas que acompanham o
1563 mecanismo. Então, embora a gente tenha um bom planejamento todos os anos,
1564 dos planos de ação e muita vontade de fazer um trabalho muito profícua, embora
1565 sejamos muito pouco para dar conta do Brasil todo, sempre a gente tem duas

1566 questões, não é? Que a questão do orçamento, novamente reitero e a questão
1567 dos peritos, em muito breve, agora em junho a nossa equipe que já tem dez, vai
1568 ficar com 8 pessoas. Eu sei que estou falando isso de novo, mas é importante
1569 olhar para que a gente tem uma previsão no início do ano, que a gente tem uma
1570 expectativa e tem um planejamento muito bem-feito que muitas vezes é
1571 impactadas frontalmente e profundamente por esses dois pilares muito
1572 importantes que a ter a condição financeira de realização desse planejamento e
1573 ter o quantitativo de peritos e peritas conforme a lei federal que são 11, para poder
1574 também a executá-lo. Provavelmente, se a gente estiver essa demora na
1575 perspectiva da composição integral do Comitê, se a gente tiver essa demora com
1576 o edital e tudo mais, a gente vai ter impacto de novo no mecanismo nacional, que,
1577 aliás, desde 2015, poucas vezes teve 11 peritos e peritas em pleno
1578 funcionamento, muitas vezes a gente passou com um número bem menor do que
1579 esse. Então, é importante de novo dizer que embora a gente tenha planejamento
1580 ele pode ser bastante afetado. Eu gostaria de pedir, por gentileza, que voltasse na
1581 lâmina lá e, porque é a minha guia aqui. Obrigada. Acho que o Ribamar já
1582 comentou sobre os relatórios, acho que poderia passar para o próximo, então.

1583 **Sra. Ronilda Vieira Lopes (Perita de Prevenção e Combate à Tortura) –**
1584 Bárbara, eu queria fazer uma complementação sobre a questão do orçamento aí,
1585 que nós solicitamos adicionalmente uma cotação no valor de R\$153.000,00 para
1586 esse ano para as nossas ações desse ano e foi disponibilizado do até o presente
1587 momento o valor de R\$97.000,00 e também essa questão da composição no
1588 degrau dos peritos, nós gostaríamos de reforçar o pleito de que a composição da
1589 Sociedade Civil esteja composto pelos doze processos seletivo aí para o próximo
1590 processo seletivo dos peritos.

1591 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1592 **Combate à Tortura (MNPCT) –** Só me permitam uma lembrança que me traz
1593 agora Nilvan, de que também houve um esforço nosso de agregar recursos ao
1594 mecanismo através de Emenda parlamentar e nós tivemos uma surpresa negativa

1595 a esse respeito, é bom que esteja um alerta para isso, porque nós conseguimos
1596 captar recursos que dependiam do engajamento, do Ministério para que ele fosse
1597 desses efetivamente executado e nós ainda devolvemos recursos, ou seja, das
1598 lidamos com a ausência de orçamento e também tivemos recursos agregados de
1599 emendas parlamentares que não puderam ser efetivamente executado. Isso
1600 lembra de novo a necessidade de termos aprofundado debate sobre autonomia
1601 financeira necessária que um órgão da envergadura do mecanismo precisa ter.

1602 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) – Ribamar, esse.** Administrativo é
1603 importante que você citou agora, nós temos que nas próximas reuniões incluir
1604 algumas questões administrativas essa questão de Emenda parlamentar é nova, é
1605 recente, eu creio que o mecanismo não utilizava desse mecanismo antes e
1606 também eu conversei já com a nova coordenação nós temos que tratar sobre o
1607 acordo de cooperação técnica, não é? Para prestar apoio da polícia rodoviária
1608 federal, Polícia Federal as atividades do mecanismo, isso ficou faltando formalizar
1609 essa parte. Então, nós temos diversos pontos administrativos, a próxima reunião
1610 da mesa Diretora, os colegas podem já começaram a fazer um registro disso para
1611 fazermos...

1612 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1613 **Combate à Tortura (MNPCT) – Bem lembrado Sávio, se você me permite antes**
1614 **que eu me esqueça por causa do trabalhado tempo, saudamos também aqui a**
1615 **presença da Sylvia Dias, porque tem outros parceiros que nós temos no processo**
1616 **de formação está a APT que tem contribuído desde sempre com a formação do**
1617 **mecanismo e na semana próxima, inclusive, podíamos talvez estender o convite a**
1618 **um ou dois, eu usando da minha autonomia de estar na equipe de coordenação**
1619 **do evento para um evento que tem com a Sociedade Civil aqueles que estão no**
1620 **DF, receberemos uma formação da Omega Research Foundation, que é uma**
1621 **Fundação da Inglaterra que vai trabalhar especificamente sobre o**
1622 **monitoramento... Dentro dos espaços de privação e liberdade. Por que eu registrei**
1623 **isso? Porque tudo isso é bom que esteja atento para a necessidade que a gente**

1624 tem de captação também de apoios internacionais no processo formativo,
1625 inclusive, desculpe.

1626 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
1627 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom, acho que dando seguimento um pouco
1628 aqui sobre esses pontos que a gente tinha de puxado para compartilhar, eu queria
1629 só dizer, desculpa, antes de passar para essa questão que existe uma demora,
1630 por exemplo, a gente já tinha uma dificuldade de orçamento. Então, a demora na
1631 emissão das passagens, a gente não consegue compreender muito de forma
1632 nítida, porque isso também impacta no orçamento que já é pequeno. Então,
1633 demora muito para ser demitido, muitas vezes a gente já tem a confirmação,
1634 inclusive, de autoridades dos estados e vai fazer essa viagem super em cima da
1635 hora, sem saber de fato si serão emitidas, inclusive, essa demora na emissão das
1636 passagens elas geram algum custo muito mais alto, o que reduz o nosso
1637 orçamento que já é pequeno. Então, gostaria de deixar isso, eu sei que as pautas
1638 administrativas desde sempre elas são muito abundantes e algumas estão de fato
1639 paradas desde 2019, não é? São as mesmas pautas, eu acho que a gente vai ter
1640 todas as reuniões o mecanismo um pouco, desse pedido de reiterar da
1641 importância dessas questões, mas também que sejam observados, porque a
1642 gente não consegue entender essa demora, nós fazemos sempre no prazo,
1643 inclusive, quando a gente faz o planejamento a gente manda antes dos trinta dias
1644 os pedidos, porque isso também ajuda o Ministério ao poder da celeridade, a
1645 comprar a passagem em um preço melhor, então, se a gente tem X, a gente
1646 acaba ficando com um X bem menor, porque essas passagens são tiradas com
1647 preços muito mais altos, porque são em cima da hora, a gente não conseguiu
1648 nunca compreender esse processo e estamos aí para dialogar para a nova
1649 coordenação do mecanismo, está à disposição para poder entender e se poderá
1650 ajudar de alguma forma, estamos a disposição, mas para observar que esse tipo
1651 de coisa também impacta nas nossas escolhas e muitas vezes no
1652 redimensionamento dos nossos calendários, não é? Então, quando a gente fala
1653 um pouco desse eixo de articulação externa, mostra um pouco para vocês essa

1654 perspectiva, não é? De que a gente sempre está articulando com órgãos e
1655 entidades em níveis estaduais, nacionais e internacionais que é importante
1656 fortalecer as nossas estratégias de diálogo com todos esses níveis de órgão e
1657 também é super importante que a gente esteja prestando atenção para ampliar as
1658 nossas redes, é sempre importante essa luta de fato é muito difícil e desafiadora
1659 no país e a gente sabe que sim, esse tempo do Comitê parado ele impacta
1660 também, ele impacta de diversas formas e eu espero que a gente possa partir das
1661 próximas reuniões a trabalhar de fato com tantas faltas urgentes, muitas falas aqui
1662 me deixaram bastante emocionada, inclusive, de pensar o tempo que a gente tem
1663 é tão pequeno para falar sobre tantas coisas importantes e tanta gente que nesse
1664 momento está sendo torturada, maltratada, tubarão e teve aqui em Santa Catarina
1665 em um presídio completamente inundado, mais de 700 presos foram removidos às
1666 pressas, o seja, tudo isso está acontecendo o nesse momento e a gente muitas
1667 vezes é um pouco egoísta e fica perdendo o tempo precioso de estar falando de
1668 pautas importantes para salvar vidas, inclusive, com questões que são bastante
1669 superficiais. Espero que as próximas reuniões sejam mais produtivas. Bom, a
1670 articulação com comitês de mecanismos estaduais de prevenção e combate à
1671 tortura, esse também é um ponto que a gente precisa trabalhar bastante com a
1672 pressão nesse espaço, porque a gente precisa continuar incentivando a criação e
1673 fortalecimento de comitês e mecanismos estaduais, no entanto, a gente tem
1674 observado algumas dificuldades a partir dos estados de implementar de forma
1675 coerente, correta, de forma a respeitar os princípios de Paris assim como respeitar
1676 as diretrizes do protocolo facultativo a prevenção e, ao protocolo facultativo com a
1677 conversão contra a tortura da ONU, de que esses comitês simplesmente não
1678 podem existir como qualquer conformação, não é qualquer entidade, não é
1679 qualquer instituição e de que pode participar, para isso nós temos parâmetros, os
1680 parâmetros da ONU, do OBCAT temos os parâmetros do princípio de Paris e que
1681 a gente tem que respeitar. Eu acho que nesse ambiente do Comitê Nacional, a
1682 gente poderia também debater um pouco mais sobre isso, porque cada Estado
1683 acaba fazendo, constituindo os comitês de uma forma que não sendo adequada

1684 acabam impactando, inclusive, na não existência do mecanismo ou talvez de um
1685 mecanismo que não vai conseguir ter autonomia e independência suficiente e
1686 condição *sine qua non* para que exista para trabalhar com essa pauta, então, que
1687 a gente fique um pouco atentos e atentas para poder, inclusive, pensar sobre
1688 essas diretrizes de criação desses órgãos tão importantes para a nossa política. A
1689 gente precisa capilarizar, precisa incentivar que nos estados tenhamos os
1690 sistemas estaduais de prevenção e combate à tortura e eu acho que o Comitê
1691 Nacional é um grande motivador desse debate, mas que a gente esteja mais
1692 homogênea em relação e a estrutura desses espaços, não é? Nós temos sempre
1693 um fluxo, temos a penas quatro mecanismos estaduais hoje no país, Paraíba,
1694 Pernambuco, Rio de Janeiro e Rondônia e a gente tenta o tempo todo criar
1695 estratégias e a que se esses diálogos para que a gente se fortaleça, porque no
1696 final temos cinco mecanismos apenas em todo Brasil. E para fechar a gente tem
1697 essa perspectiva dos processos formativos, nós temos sempre olhado para essa
1698 questão de uma formação interna continuada dos peritos e peritas do mecanismo
1699 nacional, é sempre tentando aprimorar os nossos trabalhos em espaços e
1700 categorias e de privação de liberdade que já realizamos e também olhando para
1701 novos espaços, não é? Esse ano, por exemplo, a gente já está olhando também
1702 para questão de abrigos, para toda essa questão do acolhimento que são abrigos
1703 para crianças e adolescentes, casas de passagens, de emigrantes, a gente tem
1704 olhado para essa nós uma questão pensando em processos formativos para
1705 começar a explorar também inspeções nesses espaços e agora nesse mês de
1706 maio, na semana que vem nós vamos estar fazendo essa formação que o
1707 Ribamar já comentou, que é dar Omega Research que traz a perspectiva do
1708 entendimento e o aprofundamento da nossa análise na questão de armamento
1709 menos letais, porque menos letais não quer dizer que sejam letais, já foram
1710 erroneamente chamados de equipamentos não letais e a gente sabe que,
1711 inclusive, qualquer objeto pode ser letal. Então, que a gente tem mais cuidado,
1712 que a gente entenda como isso tem crescido como o abuso desses armamentos
1713 tem, inclusive, deixado sequelas permanentes em muitas pessoas privadas de

1714 liberdade e o Distrito Federal tem inúmeras situações muito recentes em relação a
1715 essa pauta e eu espero também que a gente possa pautar sobre essas questões
1716 aqui no Comitê Nacional. Então, basicamente eu acho que são essas as
1717 informações, que ele pedisse a Ronilda ou Ribamar querem complementar mais
1718 alguma coisa? Se alguma coisa importante que eu deixei de falar.

1719 **Sra. Ronilda Vieira Lopes (Perita de Prevenção e Combate à Tortura) –**
1720 Bárbara, poderia falar um pouquinho das recomendações. Eu vou voltar a lâmina
1721 que das recomendações.

1722 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
1723 **Prevenção e Combate à Tortura) –** Obrigada, Ronilda. Isso. Nossa,
1724 superimportante. Desculpa pessoal que eu estou pensando no tempo e todo
1725 mundo e às vezes rapidinho a gente esquece, mas eu agradeço que a Ronilda
1726 está projetando, seguramente uma das perspectivas mais importantes em diálogo
1727 do mecanismo essa, não é? De que a gente possa pensar como criar essa
1728 interface com Comitê, de fato da adoção de estratégias conjuntas entre
1729 mecanismos nacionais, Comitê Nacional, na perspectiva de monitorar as nossas
1730 recomendações, após sete anos de existência, nós temos uma infinidade de
1731 recomendações e sendo apenas onze, mas na verdade, sendo a maior parte do
1732 tempo basicamente oito, fazendo inspeções daqueles todos tipos que eu falei,
1733 todas as emergências que ocorrem e ainda ter que monitora todas as
1734 recomendações pelo país é e sempre foi um grande desafio para o mecanismo
1735 nacional e também sabendo dessa perspectiva de que o Comitê nacional também
1736 tem essa árdua tarefa de é poder somar de fato estratégias que sejam profícuas
1737 para que a gente conjuntamente consiga monitorar essas recomendações por
1738 todo o país. Esse sempre foi um grande desafio do mecanismo e a gente também
1739 espera que esse ano existe dá um espaço com tempo adequado para que a gente
1740 possa de fato construir uma forma, uma metodologia, um protocolo, alguma fluidez
1741 nesse sentido. Nós precisamos muito do apoio do Comitê Nacional nesse sentido
1742 e eu espero aqui, que seja esse ano, que saia uma coisa um pouco melhor,

1743 porque de fato a gente nunca teve um histórico, muito profícua nesse sentido do
1744 acompanhamento das recomendações. Nós fazemos de inspeções de
1745 monitoramento, no entanto, não são suficientes para monitorar a todas as
1746 recomendações em todo país. Então, deixo aqui também esse nosso pedido,
1747 lembrando das nossas atribuições tanto de mecanismo como Comitê, que a gente
1748 possa conjuntamente de fato fazer algo nesse sentido para avançar nessa pauta.
1749 E agora de fato eu acho que foi tudo o mais importante e falando um pouco mais
1750 rápido, seus colegas quiserem complementar, eu agradeço.

1751 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1752 **Combate à Tortura (MNPCT)** – Eu vou falar uma coisinha só antes de talvez abrir
1753 para perguntas e questões. É sobre as recomendações, nós temos uma
1754 recomendação que é lugar comum em todo lugar onde nós passamos e que diz
1755 respeito diretamente a missão conjunta com esse Comitê, que é a criação de
1756 mecanismos estaduais do segundo o óptica, segundo, não é qualquer modelo de
1757 mecanismo ou de Comitê Estadual. E chama a atenção para o fato de que da
1758 construção da lei, alguns que a questão, eu estava no Fórum Nacional de
1759 Ouvidores de Polícia de participar da elaboração da lei, a discussão da
1760 participação da Lei nº 12.847 e ali tem um critério que se a gente tem pouco
1761 exercido que é fundamental para o Comitê, se empodere disso. Quando, eu que
1762 sou ruim de lei, eu não sou do mundo do direito, eu sou do mundo do errado, eu
1763 sou da filosofia. Então, eu gravei bem o artigo 9º, § 3º da Lei nº 12.847 e o que ele
1764 diz? Ele é importantíssimo para o nosso empoderamento é que nenhum dos
1765 recursos dos fundos nacionais, penitenciário para o Sistema Penitenciário, Fundo
1766 Nacional da Saúde para o Sistema de Saúde, comunidades terapêuticas em
1767 outras unidades, o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, do Fundo
1768 Nacional para o Sistema Socioeducativo, do Fundo Nacional do Idoso e para a
1769 permanência, todos eles não podem ser liberados na contramão ou sem respeitar
1770 as nossas recomendações e tudo o que a gente tem assistido, em outros lugares
1771 é o contrário disso, não exige o cumprimento dessa condicionalidades e, muitas
1772 vezes estão sendo liberados recursos do FUNPEN para comprar armamentos letal

1773 para uso dentro da unidade prisional e, por exemplo, ao contrário do que nós
1774 recomendamos. Então, por que eu lembro isso? Se a gente conseguisse fazer
1775 valer esse princípio que eu chamo de condicionalidades e costume dizer, quem
1776 recebe o Bolsa Família de R\$100,00 a R\$500,00 tem que manter as crianças na
1777 escola, cartão de vacina em dias e todas aquelas condicionalidades, que recebe
1778 50 milhões também tem que cumprir essas condicionalidades. Se a gente
1779 investisse nos esforços políticos e articulação nosso no sistema do Comitê, do
1780 mecanismo a gente faria muito, só não faria com que os estados cumpram o artigo
1781 9º, § 3º da Lei nº 12.647 que é um critério de condicionalidades, de replicação dos
1782 recursos do fundo nacionais e de impor o espelhamento do mecanismo, obrigado.

1783 **Interlocutor não identificado** – Bom, nós temos na sequência, não sei se o
1784 mecanismo terminou a sua exposição ou se mais algum colega do mecanismo
1785 gostaria de fazer algum registro aí também, não sei os outros colegas que estão
1786 presentes no mecanismo, mas alguém?

1787 **Interlocutora não identificada** – Só para linear os nossos colegas a maioria
1788 deles está em missão agora nesse momento em Minas Gerais e no Amazonas,
1789 participando de outros espaços, por isso que a gente está com a minoria aqui a
1790 representando o órgão mesmo, está bom?

1791 **Interlocutor não identificado** – Não, perfeito.

1792 **Interlocutor não identificado** – E os que não estão emissão, elas que não estão
1793 emissão, estão em processo de prospecção, que estão preparando uma nova
1794 missão.

1795 **Interlocutor não identificado** – Perfeito, perfeito. Agradeço, na próxima reunião
1796 nós teremos aí a presença dos colegas, até para se apresentar em colegiado e
1797 pergunto desde já para o Ribamar para Bárbara, se é possível disponibilizar esse
1798 material para o Pleno com um todo, para que os colegas possam se debruçar

1799 esse material aí. Se possível essa Coordenação-Geral encaminhar por e-mail para
1800 o Pleno como um todo. Tem pessoas inscritas aí, não é, João? Segue a inscrição.

1801 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Sim, nós temos aqui a inscrição do
1802 Mateus.

1803 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1804 **Públicos)** – Obrigado, João. Primeiramente parabenizar as colegas e os colegas
1805 do mecanismo pelo trabalho e, enfim, pela exposição. Prazer, Ronilda, Bárbara
1806 novamente aqui juntos, a gente esperou tanto tempo, pegar um gancho, algumas
1807 das falas que foram colocadas aí pessoal, e aí, a primeira questão que eu queria
1808 colocar foi falado de passagem, de orçamento, enfim, para qualquer um das três
1809 outros três, fique à vontade, existem também. A minha curiosidade é quanto que
1810 vocês sugeriram para o... Enfim, o Governo deu orçamento, quanto de fato acabou
1811 sendo colocado, lembrar que no ano passado éramos para termos feito uma
1812 inspeção junto com vocês do mecanismo em março, com foco na... Nos direitos da
1813 população LGBT no cárcere e essas inspeções foram feitas apenas em setembro
1814 e outubro acho que foi bem dia primeiro e dia 30, ou dia 31 alguma coisa assim,
1815 então, ou seja essa realidade do Comitê está ciente também, então, endosso às
1816 preocupações aqui dos colegas o mecanismo, faria um gancho também, além de
1817 perguntar para vocês também a perguntar, enfim, para o Governo, para a Ministra,
1818 para Sávio para o João se há uma previsão orçamentária para o Comitê também,
1819 em havendo, qual seria ela? Enfim, ela contemplaria, por exemplo, a gente
1820 debateu hoje, passagens aéreas e etc. E queria colocar também para os colegas
1821 do mecanismo que o que foi feito aqui, junto a Defensoria de São Paulo nas
1822 inspeções em uma penitenciária masculina, uma feminina, os processos
1823 continuam, fizemos relatórios, entramos com algumas medidas essenciais e a
1824 gente segue à disposição também para dar esse Feedback para vocês em relação
1825 ao acompanhamento das recomendações.

1826 **Interlocutor não identificado** – Obrigado, Mateus. Obrigado. Assim, o orçamento
1827 precisa conferir o valor, o pessoal do mecanismo já sabe esse valor que foi
1828 destinado para a passagem de vocês? Foi destinado?

1829 **Interlocutora não identificada** – Nós solicitamos para as ações desse ano
1830 aproximadamente cerca de 153.000 foram disponibilizadas até o presente
1831 momento 97.000, porém, a gente fica com essa questão aí da demora das
1832 compras das passagens, que nosso orçamento já está tão pouco e com essa
1833 demora acaba que as passagens sendo emitidas no último momento estão se
1834 tornando cada vez mais caras e nosso orçamento ele vai extinguindo aos poucos.
1835 Possivelmente com esse valor que nós recebemos, não conseguiremos
1836 contemplar na integra, o que nós planejamos.

1837 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Ok, obrigado. Mais algum colega?
1838 ANADEP levantou a mão. ANADEP é Mateus Moura ou ANAPED é a Fernanda?
1839 Fernanda, ok.

1840 **Sra. Fernanda da Silva Rodrigues Fernandes (Associação Nacional das**
1841 **Defensoras e Defensores Públicos)** – Eu. Obrigada, João. Bom, primeira reiterar
1842 a felicitação que o Mateus fez aos colegas do mecanismo que tem um trabalho
1843 brilhante, sempre foi um tema sanado com trabalho de vocês que realmente faz
1844 toda diferença. Bom, a minha, eu tenho uma pergunta, na verdade, os colegas do
1845 mecanismo sobre uma lembrança que eu tenho, sem ser uma memória falha e ao
1846 João também deve ter, não sei se o João já estava, quando a gente teve essa
1847 deliberação nas gestões passadas, sobre grupos de trabalho que seriam feitos em
1848 diversas temáticas para auxiliar no acompanhamento dessas recomendações do
1849 mecanismo. Salve engano, lá em 2019, nas primeiras reuniões a gente tinha
1850 deliberado e eram várias temáticas. Eu lembro que era socioeducativo, prisional
1851 em relação às mulheres tinham vários temas e também depois veio também a
1852 questão da pandemia a gente não conseguiu efetivar. Então, eu pergunto aos
1853 colegas se realmente foi isso ou se a minha memória está falha e se seria o caso
1854 de a gente implementar aquilo que já havia sido deliberado e escolher

1855 eventualmente quem gostaria de fazer parte de cada temática. E a minha segunda
1856 pergunta não, ainda em relação à primeira pergunta, se ainda a eficiente, efetivo
1857 isso ou se não faz mais sentido? E a segunda pergunta é sobre as cartas de
1858 Brasília que vinham dos encontros, eu vi a barba falando sobre os comitês
1859 estaduais e a preocupação do funcionamento três estaduais, antes nós tínhamos
1860 várias cartas que eram feitas pelos encontros nacionais e até uma das cartas tem
1861 um tema de efetivação do SNPCT por meio de uma criação de rede nacional de
1862 comitês estaduais, prevenção e combate à tortura para que se desse realmente
1863 essa união, digamos assim, nessa harmonização e sei se é um tema que seja aqui
1864 passível da nossa consideração, o retorno desses encontros e até a efetivação
1865 dessa rede nacional, já que os encontros vão passando, as conclusões vão sendo
1866 feitas, mas o tempo também é nos leva a ponderação ainda indicadas ou não.
1867 Obrigada.

1868 **Interlocutor não identificado** – João antes de passar para a resposta dos
1869 colegas do mecanismo eu vou pedir licença aqui que a Ministra, conforme
1870 previsto, a nossa reunião e até meio-dia, a Ministra já tem outro compromisso
1871 agendado. Então, passo a palavra para Sra. Ministra.

1872 **Interlocutora não identificada** – Só agradecer a todos pela reunião. Me colocar à
1873 disposição e afirmar o meu compromisso na Política Pública de prevenção e
1874 combate à tortura e deixo aqui a equipe da Secretaria Nacional global também
1875 acompanhando o término desse trabalho, e a disposição de vocês. Muito
1876 obrigada, desejo um excelente dia todos e até a próxima reunião.

1877 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Obrigado, Ministra. Eu quero fazer um
1878 ponto de organização para a gente terminar 12h30, estendemos meia hora para
1879 dar 1h nós temos aqui vamos colocar vinte minutos ok? Daria para seis pessoas
1880 falar três minutos, quatro pessoas falar cinco minutos e aí eu gostaria de ponderar
1881 isso para a gente calibrar as nossas falas para a gente poder se encerrar e ao
1882 mesmo tempo sem deixar de falar. Só isso que eu queria pedir a vocês, essa
1883 consideração. Ribamar, por gentileza.

1884 **Sr. José Ribamar Araújo (Perito - Mecanismo Nacional de Prevenção e**
1885 **Combate à Tortura (MNPCT)** – Eu queria agradecer a pergunta e dizer, é a
1886 equipe que leu em sala de aula quando eu estou dando aula que eu esqueço
1887 alguma coisa, que eu erro, que alguém me corrige eu disse: era para ver se vocês
1888 estavam atentos. E a pergunta que a Fernanda fez tem a ver com a lâmina que
1889 sambou na minha visão e eu acabei não apresentando, mas de fato o mecanismo
1890 se organiza por diversos núcleos temáticos. E na nossa lógica de múltiplo o
1891 interdisciplinar a gente se organiza no núcleo de saúde mental, no núcleo de
1892 gênero, e diversidade sexual em núcleo de perícias e protocolos, em núcleos que
1893 vão aprofundando socioeducativo, prisional em diversas temáticas. Esse
1894 funcionamento desses núcleos ele incorpora a contribuição de debates e
1895 aprofundamento estudo do qual o diálogo permanente com o Comitê sobretudo.
1896 Então, respondendo a sua pergunta, ele já existe, preciso que as pessoas se
1897 habilitam tem para participar, alguns deles já têm participantes naturais,
1898 trabalhados no sistema prisional, no grupo de familiares, não daria. Aqui, vamos
1899 ver quem é da área de Assistência Social, estou vendo o Conselho de Assistência
1900 Social que no núcleo que aprofunda a discussão sobre a tortura nos estudos de
1901 longa permanência. Estou citando como exemplo, como também o núcleo de
1902 raça/etnia e precisa ser suprimido da participação dos membros do Comitê entre
1903 outros. E essa cartela é fundamental, tanto a carta, quanto processo formativo,
1904 uma ação e a formação do Comitê que chama de ativar o sistema, nós vivíamos
1905 um ciclo virtuoso de criação de mecanismos, de criação de comitês e esse círculo
1906 foi interrompido, a gente precisa tomar esse círculo e fortalecer esse ciclo de
1907 fortalecimento do sistema nacional de prevenção e combate à tortura.

1908 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH)** – Bárbara, por gentileza.

1909 **Sra. Bárbara Suelen Coloniese (Perita Criminal - Mecanismo Nacional de**
1910 **Prevenção e Combate à Tortura)** – Obrigada, João. Fernanda também adorei
1911 não só a sua pergunta, mas a sua memória, não é? Maravilhosa. E aí, eu queria
1912 só assim dizer que eu acho que como a gente tem essa composição também, a

1913 nova, eu acho que seria importante fazer um pequeno resgate, sabe Fernanda?
1914 Hoje talvez fique apertado, mas acho que é importante revisitar, importantíssimos
1915 encontros, espero que ele se tornem sim, porque são extremamente importantes
1916 para a gente conhecer as realidades dos países, está junto, essa perspectiva que
1917 hoje foi tão bem abordada, sobre a questão presencial ela é completamente
1918 diferente, a gente sabe que tem impacto desses encontros, eles são muito fortes,
1919 então, que a gente continue olhando para esse lugar do presencial nesse sentido,
1920 a gente já está com tudo muito regularizado, as vacinas avançadas, enfim para
1921 que a gente possa de fato retomar esses encontros sim, mas eu ia propor que a
1922 gente pudesse pensar coletivamente com essa nova formação, porque assim a
1923 gente trabalha temáticas específicas nos lucros, mas a gente também trabalha por
1924 estados e aí seria interessante a gente olhar para as recomendações e ver qual
1925 estratégia seria melhor. Eu acho que vale a pena um estudo, porque talvez a
1926 temática nova seja o melhor caminho para monitorar recomendações sou sim, eu
1927 ainda não tenho esse convencimento, porque talvez por Estado a gente possa
1928 delimitar melhor. Enfim, é só para colocar para vocês já a reflexão, mas eu
1929 convidaria, inclusive, a todos, todas e todes para olhar um pouquinho também
1930 para o relatório do mecanismo para ver os lugares que já foram, os estados, para
1931 entender também o que a gente abranger em cada espaço desse para ver se fica
1932 melhor por categoria por Estado, por temática, enfim, mas eu acho que é um
1933 convite fantástico que é o nosso desafio de sempre, esse é um grandíssimo
1934 desafio e é um desafio conjunto, porque pertence o mecanismo, o Comitê, essa
1935 tarefa tão difícil de implementar, de monitorar essa implementação das
1936 recomendações. Então, isso por um lado e por outro é isso, o resgate das cartas
1937 de diretrizes, eu acho que essa poderia ser um bom momento de pauta do
1938 Conselho Nacional, uma sugestão de que pudesse haver alguém que fizesse uma
1939 apresentação breve, resumindo um pouco dessa história e sempre antes das
1940 reuniões que a gente possa ter acesso aos documentos. O João tem essa prática,
1941 não é João? De enviar para a gente a documentação antes da reunião, acho que
1942 ela deve ser mantida, porque todo mundo pode vir munido de informação para já

1943 debater, não fazer aquela exposição na hora da nossa reunião que é tão rápida,
1944 não é? Então, que a gente possa preparar esses documentos e enviar para todo
1945 mundo ter um pouco essa leitura. E a gente tinha diretrizes também Fernanda, lá
1946 em 2015, a gente começou lá atrás, se eu não me engano até 2016, 2017, até
1947 tenho isso aqui um pouco a mão que eu posso até compartilhar com vocês, mas a
1948 gente tem umas diretrizes de criação de Comitê mecanismo que sempre podem
1949 ser apreciadas, a gente pode debater, mas é um ponto de partida, não é? Para
1950 que a gente olhe para isso, porque têm situações muito estranhas assim, muito
1951 fora do OPCAT, muito fora de tudo da implementação desses espaços e tem os
1952 preocupados, não é? A gente não quer todos os estados tenham qualquer tipo de
1953 Sistema Estadual, a gente quer que seja respeitado o protocolo facultativo, regra
1954 de Paris e tudo mais, que seja feita, de acordo as orientações legais, nacionais e
1955 internacionais e de fato só esse? Daria para a gente aqui muito debate. Então,
1956 muito obrigada, novamente pelas suas sugestões e acho que foram brilhantes.
1957 Fico à disposição.

1958 **Interlocutor não identificado** – Obrigado, Bárbara. Ribamar, estavam lá
1959 coordenação anterior do mecanismo, hoje representa um mecanismo, nós temos
1960 os outros dois colegas que estão nessa coordenação também, terão a
1961 oportunidade de fazer o registro aqui no colegiado. Eu vi que tem mais duas
1962 inscrições, a Wilma e a Elaine. Creio que primeiro foi a Wilma, correto? Por favor,
1963 Wilma.

1964 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
1965 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Já boa tarde a todos e a todas. Aqui eu
1966 estou representando a Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a
1967 Tortura do Estado de Pernambuco. Tive o prazer de fazer uma visita em uma
1968 pauta LGBTQIA + com a Bárbara e a Ronilda. Esperamos o retorno desse
1969 relatório do Comitê ainda não recebeu, eu estou cobrando, desde o ano passado,
1970 inclusive, é uma questão como a todos nós no mundo e no Brasil, a questão
1971 LGBTQIA , principalmente, dentro do sistema penitenciário, mas tem uma outra

1972 lógica que a gente é uma sugestão a gente, já que eu estou livre, eu não tenho
1973 aqui que pedir a ordem, eu estou livre. Então, como convidada e como convidada
1974 a gente se excede um pouco, não é? Então, nessa sugestão eu tenho, é bom a
1975 gente pautar a questão do racismo institucional. Gente, a situação é muito séria
1976 dentro das prisões, como a sociedade só ver o que está fora, o que está mais
1977 próximo, a gente não vê como eu vejo as relações internas. Então, é uma
1978 sugestão que a gente chegue mais próxima, que os comitês e os mecanismos
1979 cheguem mais próximo, que não existe comitês com as pessoas permanentes,
1980 não é o empreguismo é uma oportunidade de as pessoas ser peritas, contribuir e
1981 avançar nisso. Então, eu tenho essa sugestão, vamos unir mais, trabalhar mais
1982 junto, Comitê Nacional, Comitê Estadual, mecanismo nacional, tudo de uma forma
1983 que a gente tem essa possibilidade de traçar metas melhores, mas não do meu
1984 achismo, mas da necessidade que a gente tem. Muito obrigada, tomei muito
1985 tempo.

1986 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Obrigado, Wilma pelas
1987 observações aqui ao colegiado. No pelo avançar da hora aqui nós temos mais a
1988 colega e lá em inscrita o seu Ribamar esqueceu de baixar a mão aqui. Então, é só
1989 a colega Elaine e aí nós vamos finalizar, já pelo avançar da hora para não
1990 atrapalhar as colegas nas demais agendas, está bem? Então, por favor, Elaine.

1991 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1992 **Públicos)** – Posso só dar uma sugestão Sávio, desculpa Elaine.

1993 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Tem mais um colega de fala é
1994 o Mateus, não é? Por favor Mateus.

1995 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
1996 **Públicos)** – Não, uma sugestão já que a Ministra saiu, se a Sofia podia só
1997 presidiu esse finalzinho da reunião aí Sávio.

1998 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Ok, já está presente aqui.
1999 Continua presente.

2000 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2001 Estou aqui.

2002 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É só para o encerramento,
2003 mais fique à vontade, por favor.

2004 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2005 Tem mais alguém para falar, não é?

2006 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – É.

2007 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
2008 **Desencarceramento)** – Eu vou concluir.

2009 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – A Elaine.

2010 **Sra. Elaine Bispo da Paixão (Suplente - Agenda Nacional pelo**
2011 **Desencarceramento)** – Então, ressaltando a importância dessas reuniões, as
2012 novas serem presenciais, porque aí a gente percebe o quanto está sendo precário
2013 essa questão de comunicação, ou seja, tem hora que o Sávio fala e eu não
2014 consigo escutava, tem hora que outros colegas também, por exemplo, Ronilda
2015 falou do mecanismo, eu não escutei nada. Então, a questão da gente tratar a
2016 tortura como Wilma mesmo falou, quando a gente está na ponta, a gente está lá
2017 diretamente lidando dentro do sistema prisional e desses hospitais dos HCTs da
2018 vida, o socioeducativo, a importância de estarmos trocando conhecimento,
2019 informações, presencial, porque as torturas elas não acontecem distância, elas
2020 não acontece o on-line, elas acontecem muito direto, quando o Estado ele está
2021 violando, ele está cometendo as torturas, ele está muito, muito próxima daquelas
2022 pessoas, deveria ter todo cuidado, terá responsabilidade com essas pessoas que
2023 estão aí privados da sua liberdade, que estão em tratamentos e pelo contrário, a

2024 gente percebe que existe muita tortura e é tudo muito perto, é tudo muito físico.
2025 Então, essas reuniões elas têm que acontecer presencial mesmo e aí a gente tem
2026 que ver também a questão de o Governo disponibilizar o custo, porque isso aí tem
2027 que ter dentro do orçamento sim, é um Comitê e a gente está combatendo a
2028 tortura e isso é muito grave. E isso é muito sério. Então fica que a minha
2029 colocação de que tem que ser presencial sim e que tem que ter esse orçamento
2030 para custear as passagens dessas pessoas que estão combatendo a tortura por
2031 amor ao próximo, a morar a vida e responsabilidade dessas pessoas que são
2032 privados da sua liberdade. Obrigada.

2033 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2034 Bom, agora terminada a fala da Elaine, acho que não tem mais ninguém inscrito
2035 para falar, não é? Eu acho que a gente pode encerrar, levando em consideração
2036 tudo que a gente disse que na reunião hoje de que a próxima reunião será o on-
2037 line e as subsequentes serão presenciais e na próxima reunião a gente vai avaliar
2038 essa Resolução da reunião em formato híbrido, porém, considerando que
2039 independente ou não da Resolução as próximas reuniões serão presenciais e
2040 acho importante pontuar o que a Elaine falou, é justamente em relação aos custos
2041 das passagens, não é? Porque ficou um pouco solto aqui e de vai quem quer, mas
2042 vai quem quer, sendo financiado pelo Governo nesse sentido. E aí a gente tem,
2043 acho que os dois pontos importante também que são os horários das próximas
2044 reuniões que acho que isso tem que estar de alguma maneira habilitado, embora
2045 seja o período da manhã e à que ficou consignado, mas não tem esse documento,
2046 porque naquele formalizado ainda não havia esse documento e também formalizar
2047 no edital a inclusão da data da posse dos novos membros para serem justamente
2048 na próxima reunião. Mas alguém tem alguma coisa para falar?

2049 **Interlocutor não identificado – Não Sofia.**

2050 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2051 Então, é isso, espero que possamos fazer um bom trabalho e que seja, enfim,

2052 proficuo nossas reuniões aqui que de fato a gente consiga discutir o que a gente
2053 veio fazer aqui, que combate à tortura.

2054 **Interlocutora não identificada** – Pois é, nessa perspectiva. Só um pouquinho.

2055 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania)** –
2056 Claro.

2057 **Sra. Wilma Melo (Gestão Compartilhada do Comitê de Combate Prevenção a**
2058 **Tortura do Estado de Pernambuco)** – Nessa perspectiva Ribamar que saudades
2059 de você, faz muitos anos que eu não lhe vejo. Então, nessa perspectiva eu só
2060 queria dizer outra coisa é preciso que o Comitê, que essa Política Pública
2061 Nacional ela seja votada também para as resoluções, eu vejo muito pouco as
2062 resoluções, a gente vê em outros espaços, mas o combate à tortura precisa
2063 expedir resoluções, frear determinadas coisas e que se a Resolução não é
2064 respeitada, pelo menos ela freia alguma coisa. Eu acho que é uma coisa que eu
2065 estou deixando, é uma coisa do meu experimento, e eu estou deixando isso, é
2066 importante ter soluções, e recomendações é importante o conteúdo, a finalização
2067 do que você faz. Agora, Resolução é uma coisa muito mais séria, que precisa ser
2068 visto, principalmente, na área das mulheres pode aqui no meu Estado de
2069 Pernambuco o mês em gravitam mulheres dentro da carceragem, por quê?
2070 Porque não é cumprido a lei. Entendeu? Não é cumprido a lei. Eu sou meio assim
2071 mesmo e muito obrigada por ter participado, quem me conhece sabe que eu sou
2072 assim, tem que pontuar, não é só uma discussão, que nasceu primeiros se é o ovo
2073 ou se a galinha, tem que ser pontual, a gente tem que parte para isso, para a
2074 pontualidade, o que a gente está precisando, está precisando trabalhar o racismo?
2075 Vamos trabalhar o racismo. Mas a mulher ela é abandonada desse sistema
2076 penitenciário mesmo, obrigada.

2077 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH)** – Perfeito Wilma. Sofia, só uma
2078 observação é Sávio. Aquele registro que ficou, a Ministra vai pedir essa Resolução
2079 conforme aqui já anunciado e já para ter uma previsão dessa reunião híbrida e na

2080 próxima reunião nós avançamos já, creio que o quórum completo, todos
2081 integrantes aí, essa Resolução Ad referendum conforme previsão regimental. E aí
2082 com relação já em reuniões mistas os convites são expedidos para todos os
2083 integrantes, titulares e caso o titular não possa participar o representante suplente
2084 ele fica franqueado a essa participação mista. Então, enfim, só essa observação.
2085 Agradeço a todos novamente aí, é bom rever alguns colegas antigos aí e até a
2086 próxima reunião.

2087 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
2088 **Públicos)** – Sofia, você me permite a gente pode debater já com antecedência
2089 para chegar redondo a Mesa Diretora a proposta de Resolução para o primeiro
2090 ponto de pauta. E obrigado João, não é fácil fazer esse papel aí cara.

2091 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**

2092 **Sr. João André Alves Lança (MMFDH) –** Obrigado, Mateus.

2093 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (MMFDH) –** Só para esclarecer, viu Mateus
2094 eu acho que talvez a Resolução já vai sair e só vai expedir uma Resolução e aí
2095 essa Resolução vai entrar no ponto de pauta da Mesa Diretora e será apreciada
2096 na próxima reunião.

2097 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2098 Obrigada.

2099 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
2100 **Públicos)** – Obrigado, a todos, então, pessoal. Até a próxima reunião.

2101 **Sra. Sofia Fromer Manzalli (Titular - Instituto Terra Trabalho e Cidadania) –**
2102 Tchau.

2103 **Sr. Mateus Oliveira Moro (Associação Nacional das Defensoras e Defensores**
2104 **Públicos)** – E na Mesa Diretora.

2105 **Interlocutora não identificada** – Tchau pessoal.

2106 **Interlocutor não identificado** – Tchau.